

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data: 30 de abril de 2015

Horário: 9h



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Publicada em 30 de março de 2015

Reapresentada em 17 de abril de 2015

Sumário

I.	INTRODUÇÃO	2
II.	MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	3
III.	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
IV.	CONVITE	6
V.	REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS	7
VI.	INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA	10
VII.	ANEXOS	21
	ANEXO A	23
	MODELO DE PROCURAÇÃO	23
	ANEXO B	25
	COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	25
	ANEXO C	67
	PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	67
	ANEXO D	68
	PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015	68
	ANEXO E	69
	INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL	69
	ANEXO F	75
	PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	75
	ANEXO G	95
	DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS	95
	ANEXO H	96
	EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA	96

I. INTRODUÇÃO

A presente Proposta da Administração (“Proposta” ou “Manual”) foi elaborado pela Administração da Forjas Taurus S.A. (“Companhia” ou “Taurus”) com vistas a reunir informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2015 (“Assembleia”).

A Administração da Companhia recomenda a aprovação de todas as matérias constantes deste Manual, as quais foram aprovadas sem restrições pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 26 de março de 2015.

II. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Prezados Acionistas,

Temos a satisfação de apresentá-los a este Manual preparado com o objetivo de consolidar esclarecimentos sobre procedimentos e orientações de voto aos Senhores Acionistas a respeito das deliberações constantes da ordem do dia da Assembleia, a qual será realizada na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Dentre os anexos a este Manual, destacamos a existência de um modelo de procuração para facilitar sua participação e o exercício de seu voto na Assembleia.

Para seu exame na apreciação das matérias a serem deliberadas apresentamos como anexos deste Manual os documentos referentes a cada matéria constante da ordem do dia. O Manual para participação na Assembleia foi elaborado em consonância com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), notadamente em relação à disponibilidade das informações previstas pela Instrução CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 480”), bem como pela Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481”) e suas alterações.

Informamos que, para instalação de cada Assembleia, será necessário um quórum de, pelo menos, 25% do capital votante da Companhia. Caso qualquer quórum legal não seja atingido, a Companhia anunciará apenas a instalação da Assembleia Ordinária ou a nova data para a realização das Assembleias em segunda convocação. Nessa ocasião, a Assembleia Ordinária poderá ser instalada com a presença de, pelo menos, um acionista.

A Companhia poderá ter conhecimento prévio da existência de um quórum suficiente para a instalação de cada Assembleia logo em primeira convocação com pelo menos 72 horas de antecedência ao início da Assembleia.

A este respeito, os melhores esforços serão envidados para que a Assembleia se instale e se realize em primeira convocação e, para tanto, a sua participação é muito importante para a Companhia, especialmente após a migração para o Nível 2 de Governança Corporativa, quando esperamos maior participação dos acionistas.

Além disso, a área de Relações com Investidores está à disposição para esclarecer qualquer dúvida em relação ao material aqui apresentado e às matérias objeto da Assembleia, buscando sempre aprimorar nossos canais de comunicação.

Atenciosamente,

André Ricardo Balbi Cerviño

Diretor Presidente

III. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

É com muita satisfação que convido os Senhores Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Forjas Taurus S.A., convocada nesta data para o dia 30 de abril de 2015, às 9h, na sede da Companhia, localizada na Avenida do Forte, n.º 511, Vila Ipiranga, Porto Alegre/RS – Brasil. Os assuntos a serem deliberados na Assembleia estão descritos no Edital de Convocação e neste Manual. Por favor, leia-o com atenção.

Seu voto é muito importante para a Companhia, pois depois de quase quatro anos de consolidação da reestruturação societária que levou à migração para o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA realizada em 07 de julho de 2011; de aquisições locais e internacionais consistentes com a visão de futuro da Administração, podemos dizer que a Companhia ingressa em uma nova fase em 2015.

Na Assembleia, contaremos com a presença de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Diretor Presidente, do Diretor de Relações com Investidores e demais Diretores, além de representante dos Auditores Externos, os quais poderão prestar quaisquer informações relativas aos assuntos submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas.

Contamos com sua presença.

Obrigado por sua atenção,

Jorio Dauster Magalhães e Silva

Presidente do Conselho de Administração

IV. CONVITE

DATA: 30 de abril de 2015

HORÁRIO: 9:00 horas

LOCAL: Sede social da Companhia, localizada a 6 km do Aeroporto Internacional Salgado Filho

ENDEREÇO: Av. do Forte, n.º 511 - Vila Ipiranga, CEP: 91.360-000, Porto Alegre, RS – Brasil

MATÉRIAS: Em Assembleia Ordinária: (i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014; (ii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2015; (iii) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2015; (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (v) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2015.

V. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

Para participar da Assembleia, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar:

- (i) documento de identidade;
- (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente;
- (iii) dispensa da apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais quando seu nome constar da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária (Art. 15, § 1º do Estatuto Social); e
- (iv) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

Observações:

- (1) Para os fins do item “i” acima, a Companhia aceitará os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedida por órgão autorizado; (ii) Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado; (iii) Passaporte válido expedido por órgão autorizado; (iv) Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os

fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); e (v) carteira nacional de habilitação com foto (CNH nova).

(2) Com relação ao item “ii” acima, os documentos deverão ser requeridos aos órgãos competentes com antecedência de três dias úteis antes da data de entrega pretendida, que deverá estar especificada no requerimento.

(3) Para os fins do item “iv” acima, no caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado (como no caso dos administradores de sociedades por ações nomeados pelo seu conselho de administração ou nomeados diretamente pela assembleia geral), é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação, providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente, bem como respectiva publicação (quando aplicável).

(4) Também para os fins do item “iv” acima, no caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador e/ou gestor do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da regulamentação que lhe for aplicável.

(5) Ainda para os fins do item “iv” acima, no caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverão passar por processo de notariação e consularização, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma dessas três línguas mencionadas.

(6) Com o propósito de facilitar a participação na Assembleia dos Acionistas que desejarem ser representados por procurador, a Administração da Companhia informa que encontra-se a disposição dos Senhores Acionistas, como mera cortesia e sem qualquer compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo A deste Manual, bem como os advogados da Companhia, Simone Tais Baginski ou Ceres Helena Cardozo Vieira, caso o acionista não tenha quem indicar. Não havendo necessidade dos mesmos, caberá aos Senhores Acionistas nomear seus respectivos procuradores e observar os requisitos indicados neste item “V – Representação dos Acionistas”.

A respeito do Anexo A e do nome acima indicado, a Administração da Companhia ressalta que os Senhores Acionistas, em nenhuma hipótese e sob qualquer pretexto, deverão considerar que tal sugestão de texto e nome de procuradores configura um pedido público de procuração para os fins do Artigo 23 da Instrução CVM 481, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à vossa disposição.

Os originais ou cópias dos documentos citados neste item “V – Representação dos Acionistas” deverão ser entregues na sede da Companhia até o início da Assembleia.

Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem, preferencialmente até o dia 27 de abril de 2014, o envio de cópia dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos por e-mail para ri@taurus.com.br; ou para o seguinte endereço: Av. do Forte, n.º 511, Vila Ipiranga, CEP 91360-000, Porto Alegre, RS – Brasil, em atenção à área de Relações com Investidores.

Por fim, esclarecemos que a apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais, exceto se a apresentação antecipada dos documentos for de cópias autenticadas por notário competente. No caso de apresentação de cópias autenticadas, a Companhia colocará as vias autenticadas entregues à disposição dos acionistas no dia seguinte à realização da Assembleia, mediante pedido por escrito entregue na sede da Companhia na mesma data de realização da Assembleia.

VI. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia. Dessa forma, este Manual apresenta, de forma sistemática, as informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, ou indica o local em que algumas dessas informações encontram-se disponíveis.

A Administração da Companhia informa que os documentos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 26.03.2015, a proposta da administração e demais informações exigidas pela Instrução CVM nº 481/2009 estão disponíveis a partir desta data na sede da Companhia e nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e na seção de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br), tendo sido disponibilizados na CVM após o pregão do dia 30 de março de 2015.

VI. (A) ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

A Companhia deve promover a realização de uma Assembleia Ordinária anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, conforme disposto no Artigo 132 da Lei das S.A. e no Artigo 12 de seu Estatuto Social, para deliberar sobre as seguintes matérias:

- (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício;
- (2) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, se aplicável; e
- (3) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, conforme o caso.

Ademais, a Assembleia Ordinária deve também fixar o montante global da remuneração dos administradores, nos termos do Artigo 152 da Lei das S.A. e do §1º do art. 10 do Estatuto Social da Companhia.

(i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014;

As contas dos administradores são apresentadas junto do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras elaboradas pela Diretoria da Companhia. Antes de serem levadas ao conhecimento e aprovação dos acionistas, as contas devem ser aprovadas previamente pelo seu Conselho de Administração. Após a opinião dos Conselheiros Fiscais, as contas são por fim submetidas à Assembleia.

O Relatório da Administração contém informações de caráter financeiro e não financeiro, além de informações estatísticas e operacionais, sobre a análise e discussão das principais contas da Demonstração do Resultado do Exercício. O Relatório da Administração contém, ainda, informações relacionadas aos colaboradores, responsabilidade social, mercado de capitais, governança corporativa, dentre outras.

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia, permitindo aos Senhores Acionistas avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Companhia. Ademais, referido documento deve ser elaborado de acordo com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária e as normas complementares editadas pela CVM.

As Demonstrações Financeiras são compostas por seis documentos, a saber:

- (i) Balanço Patrimonial;
- (ii) Demonstração do Resultado do Exercício;

- (iii) Demonstração do Resultado Abrangente;
- (iv) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- (v) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e
- (vi) Demonstração do Valor Adicionado.

Ademais, as Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Financeiras, no intuito de complementá-las, além de auxiliar sua análise e entendimento, ao indicar os seguintes aspectos:

- (i) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- (ii) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes;
- (iii) o valor de elementos do ativo resultantes de novas avaliações;
- (iv) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- (v) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- (vi) o número, as espécies e as classes das ações do capital social;
- (vii) as opções de compras de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- (viii) os ajustes de exercícios anteriores, se existentes; e

- (ix) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

Apresentação das Demonstrações Financeiras

Trata-se da aprovação do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, bem como o exame, a discussão e a deliberação acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Para fins de cumprimento do art. 133 da Lei das S.A. e da Instrução CVM 481, a Administração da Companhia disponibilizou aos Senhores Acionistas nesta data, 30 de março de 2015, a seguinte documentação:

- (i) Demonstrações Financeiras e notas explicativas;
- (ii) Relatório Anual da Administração sobre os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- (iii) Parecer dos Auditores Independentes;
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal;
- (v) Parecer do Comitê de Auditoria;
- (vi) Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2014;
- (vii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes;
- (viii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras; e

- (ix) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do art. 9º da Instrução CVM 481 e conforme item 10 do Formulário de Referência da Companhia.

A Administração da Companhia informa que, nos termos da regulamentação, todos os documentos acima listados encontram-se consolidados e disponíveis no *website* da CVM, na categoria “Dados Econômico-Financeiros”, tipo “Demonstrações Financeiras Anuais Completas”, com exceção do documento constante do item “ix” acima, que se encontra anexo ao presente Manual como Anexo B.

Ainda sobre as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Companhia informa que, em linha com o processo de harmonização das práticas contábeis internacionais, a Companhia adotou integralmente os dispositivos das Leis n.º 11.638/2007 e Lei 11.941/2009 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Neste mesmo sentido, todos os pronunciamentos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos de 2008 a 2014 foram igualmente adotados quando aplicáveis à Companhia.

Ademais, a Administração da Companhia informa que o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia foram auditados pelos Auditores Independentes, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S (“E&Y”) (vide item “VI.1.B – Auditoria pelos Auditores Independentes” abaixo), previamente à aprovação pelo Conselho de Administração e à emissão da opinião do Conselho Fiscal, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

Pelo exposto, a Administração da Companhia recomenda aos seus Acionistas que examinem detidamente todos os documentos disponibilizados, a fim de deliberarem sobre a aprovação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Auditoria pelos Auditores Independentes

As Demonstrações Financeiras das companhias abertas devem ser auditadas por auditor independente, registrado na CVM, estando os auditores independentes sujeitos a rodízio obrigatório a cada cinco anos. No caso Companhia, as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, assim como os encerrados em 2012 e 2013, foram auditadas pela E&Y, em substituição à KPMG, responsável por auditar os exercícios sociais de 2007 a 2011.

Após a verificação dos registros da Companhia, a E&Y emitiu parecer aprovando sem ressalva as Demonstrações Financeiras.

Data Base das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras compreendem o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2014 e encerrado no dia 31 de dezembro de 2014, levando em conta os Eventos Subsequentes, de acordo com a CPC 24.

(ii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2015;

De acordo com o previsto no art. 196 da Lei das S.A., no art. 39 do Estatuto Social da Companhia e, ainda, seguindo a orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015, a Companhia vem a público apresentar a proposta de Orçamento de Capital *ad referendum* da Assembleia.

A este respeito, a Administração da Companhia propõe o orçamento de capital descrito no Anexo D do presente Manual para o exercício de 2015 e suas fontes de recursos.

(iii) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2015;

Conforme previsto no art. 152 da Lei das S.A., Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

No mesmo sentido, o art. 13 do Estatuto Social da Companhia prevê como competência da Assembleia Geral fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração, nos termos do art. 27 do Estatuto Social, fixar a remuneração dos administradores, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Lei das S.A. prevê a possibilidade de o estatuto social atribuir aos administradores participação no lucro da companhia e, em consonância com o referido dispositivo legal, o art. 37 do Estatuto Social da Companhia prevê uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% dos lucros remanescentes após as deduções dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para o imposto de renda, sendo que tal participação não poderá ultrapassar a remuneração global anual dos administradores, que passa a ter nova redação.

O Anexo F traz a proposta para fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2015, nos termos do art. 12 da Instrução CVM 481 e do item 13 do Formulário de Referência da Companhia.

A Proposta de Remuneração da Administração para o exercício de 2015 incluindo Diretores Estatutários e Conselheiros de Administração totaliza até R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), assim divididos: (i) remuneração fixa de R\$ 857.000,00 (oitocentos e cinquenta e sete mil reais) do Conselho de Administração; e (ii) remuneração da diretoria estatutária fixa de R\$ 4.082.000,00 (quatro milhões e oitenta e dois mil reais), mais a remuneração variável de até R\$ 3.533.000,00 (três milhões, quinhentos e trinta e três mil reais), além dos benefícios da Diretoria Estatutária e dos encargos da Diretoria Estatutária e do Conselho de administração, no valor de R\$ 1.932.000,00 (um milhão, novecentos e trinta e dois mil reais), a qual deverá ser submetida à aprovação em Assembleia. Para os membros do Conselho Fiscal, em atenção às disposições da Lei nº 6.404/76, propõe-se o montante global de R\$ 596.000,00 (quinhentos e noventa e seis mil reais).

(iv) *eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;*

O Conselho de Administração é órgão de funcionamento permanente da Companhia, tendo as suas regras previstas na Seção II do Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia. Referido órgão

deve ser composto por sete membros efetivos, eleitos pela Assembleia Ordinária, todos com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia poderá ser realizada por meio de dois sistemas de votação, quais sejam:

- (i) votação por chapa; ou
- (ii) processo de voto múltiplo.

VI.4.A. Votação por Chapa

A votação por chapa é o sistema ordinário de eleição de membros do Conselho de Administração. Nesse caso, vota-se em bloco para todos os cargos e o grupo que obtiver a maioria dos votos da assembleia torna-se vitorioso e todos os cargos do conselho são preenchidos pelos membros integrantes de sua chapa.

Nos termos do §1º do art. 20 do Estatuto Social da Companhia, será assegurado aos acionistas não-controladores, excluídos os Controladores Atuais (conforme definido no §1º do art. 52 do Estatuto Social da Companhia), o direito de eleger até dois membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, desde que os Controladores Atuais tenham a maioria dos respectivos membros. O preenchimento dessas vagas por acionistas não-controladores observará o disposto no Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, especialmente em seu artigo 141, sumarizado nas seguintes seções: “Processo e Voto Múltiplo” e “Votação em Separado”.

VI.4.B. Processo de Voto Múltiplo

Trata-se de procedimento mediante o qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao Acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários, sendo que todos acionistas votam simultaneamente.

VI.4.C. Legitimados e Prazo para Requerer a Adoção do Voto Múltiplo

Acionistas da Companhia, representando no mínimo 5% do capital social, poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo à Companhia, desde que o façam por pedido escrito, à Companhia em até 48 horas antes da realização da Assembleia Geral.

VI.4.D. Votação em Separado

Além da utilização do processo de voto múltiplo, no caso de companhias com Acionista Controlador definido, a lei garante o direito de exigir a realização de uma votação separada para eleição de um membro do Conselho de Administração aos seguintes grupos de Acionistas: (i) minoritários titulares de ações ordinárias presentes na Assembleia Ordinária que representem, individualmente ou em conjunto, pelo menos 15% do capital social com direito a voto; e (ii) Acionistas titulares de ações preferenciais com voto restrito presentes na Assembleia Ordinária, que representem, individual ou conjuntamente, no mínimo, 10% do capital social total.

O acionista controlador não participa dessa votação, que será realizada por maioria de votos dentro do universo de minoritários presentes que desejem participar dessa votação.

Ademais, caso nem os titulares de ações ordinárias nem os titulares de ações preferenciais presentes na Assembleia Geral atinjam os respectivos percentuais para exercício do voto separado, poderão agrupar suas ações e eleger, conjuntamente, um membro efetivo do Conselho de Administração, desde que representem, no mínimo, 10% do capital social total.

Somente poderão exercer o direito a votação em separado os Acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de três meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização de Assembleia Ordinária.

VI.4.E. Eleição que Cumule o Processo de Voto Múltiplo com o Voto em Separado

Importante notar que tanto o voto múltiplo quanto o voto em separado podem ocorrer dentro da mesma assembleia geral. Assim, o Acionista deverá escolher se participa de um ou outro processo, e poderá, inclusive, utilizar parte de suas ações para votar por voto múltiplo e parte para votar em

votação em separado. Porém, um Acionista não pode utilizar uma determinada ação para votar ao mesmo tempo nos dois processos eletivos.

Caso o processo de voto múltiplo e/ou de voto em separado assegure(m) a eleição por acionistas não-controladores, excluídos os Controladores Atuais (conforme definido no §1º do art. 52 do Estatuto Social da Companhia), de apenas um membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, será assegurado a estes acionistas não-controladores o direito de eleger mais um membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, ficando excluídos de tal votação os acionistas não-controladores que houverem eleito o primeiro membro por meio do processo de voto múltiplo e/ou de voto em separado.

Quando os mecanismos do voto múltiplo e da votação em separado forem utilizados cumulativamente em uma mesma eleição, a Lei das S.A. garante a acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que 50% das ações com direito de voto o direito de eleger um membro a mais do Conselho de Administração do que os demais Acionistas (§ 7º do art. 141 da Lei das S.A.). Para tanto, o Acionista Controlador poderá eleger conselheiros além do número máximo de Conselheiros previsto no Estatuto Social.

VI.4.F. Candidatos Indicados pela Atual Administração da Companhia

O Anexo E traz a lista dos candidatos indicados ou apoiados pela Atual Administração da Companhia, nos termos do art. 10 da Instrução CVM 481, com a inclusão dos itens 12.5 a 12.10 do FRE – Formulário de Referência.

(v) *eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia;*

O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento permanente da Companhia, tendo as suas regras previstas no Capítulo V do Estatuto Social da Companhia. Referido órgão deve ser composto por, no mínimo, três, e, no máximo, cinco membros efetivos, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição.

A eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes ocorre da seguinte forma:

(i) os acionistas titulares de ações preferenciais sem direito a voto terão o direito de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente do Conselho Fiscal; tendo igual direito os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% ou mais das ações com direito a voto.

(ii) os demais acionistas com direito a voto presentes na Assembleia Ordinária terão o direito de eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal que, em qualquer caso, serão em número igual ao dos eleitos nos termos do item anterior, mais um.

O Acionista ou o grupo de Acionistas que desejar indicar um membro ao Conselho Fiscal e respectivo suplente deverá comparecer à Assembleia, pessoalmente ou por meio de procurador, munido do nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as mesmas regras e condições de eleição, cumprindo, inclusive, os dispositivos da Instrução CVM 481.

O Anexo E contém as informações sobre os candidatos indicados pela atual Administração da Companhia, nos termos do art. 10 da Instrução CVM 481 e/ou indicados por acionistas não controladores, em linha com o disposto no art. 6º, inciso II, da Instrução CVM nº481/09, para o Conselho Fiscal conforme itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia.

(vi) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2015;

Conforme previsto no art. 162, §3º da Lei das S.A. e nos termos do art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral elegerá e empossará os membros e respectivos suplentes do Conselho Fiscal, fixando-lhes sua remuneração, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

O Anexo F traz a proposta para fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, nos termos do art. 12 da Instrução CVM 481 e do item 13 do Formulário de Referência da Companhia, a

saber: remuneração mensal fixada no valor equivalente a 10% da remuneração mensal média paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, o que significa o montante de R\$ 596 mil.

VII. ANEXOS

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia. Os anexos deste Manual apresentam algumas das informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, conforme abaixo indicado. No Anexo J, os Senhores Acionistas poderão encontrar, ainda, a indicação do local em que as demais informações e documentos exigidos nos termos da regulamentação aplicável e não apresentados neste Manual encontram-se disponíveis.

ANEXO	DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES
Anexo A	MODELO DE PROCURAÇÃO	-
Anexo B	COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	Artigo 9º Inciso III da Instrução CVM 481, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.
Anexo C	PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481
Anexo D	PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015	Artigo 196 da Lei das S.A. e Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015.
Anexo E	INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL	Artigo 10 da Instrução CVM 481 e itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.
Anexo F	PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	Artigo 12 da Instrução CVM 481 e item 13 do Formulário de Referência.
Anexo G	DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS	Instrução CVM 480 e Instrução CVM 481.
Anexo H	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	Editais de Convocação para a Assembleia.

A Administração da Companhia esclarece que a numeração dos subitens dos Anexos ao presente Manual observa, quando aplicável, a respectiva numeração constante do Formulário de Referência ou dos anexos à Instrução CVM 481.

Porto Alegre, 30 de março de 2015.

ANDRÉ RICARDO BALBI CERVIÑO

Diretor Presidente

THIAGO PIOVESAN

Diretor Vice-Presidente Administrativo
Financeiro e Relações com Investidores

*_*_*

ANEXO A

MODELO DE PROCURAÇÃO

[Nome], [qualificação] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador a Sra. Simone Tais Baguinski, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RS sob o nº 53.825 e no CPF nº 900.631.710-15, e/ou Sra. Ceres Helena Cardozo Vieira, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/RS sob o nº 69.390 e no CPF nº 806.669.140-87, ambas com endereço profissional na Av. do Forte, nº 511, Vila Ipiranga, Porto Alegre – RS (“Outorgado”), para representar o Outorgante, na qualidade de acionista da Forjas Taurus S.A. (“Companhia”), na Assembleia Ordinária (“Assembleia”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2015, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida do Forte, n.º 511, Vila Ipiranga, Porto Alegre/RS, e, se necessário, em segunda convocação, em data a ser informada oportunamente, ao qual outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo para cada um dos itens da ordem do dia da Assembleia:

Em Assembleia Ordinária:

(1) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

(☐) Aprovação (☐) Desaprovação (☐) Abstenção

2) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2015.

(☐) Aprovação (☐) Desaprovação (☐) Abstenção

(3) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2015.

(☐) Aprovação (☐) Desaprovação (☐) Abstenção

(4) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia.

(☐) Aprovação – Candidato(s) _____ (☐) Desaprovação (☐) Abstenção

(5) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia.

() Aprovação – Candidato(s) _____ () Desaprovação () Abstenção

(6) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2015.

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

[Local], [dia] de [mês] de 2015

[Assinatura do Outorgante com firma reconhecida]

ANEXO B

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Nos três últimos exercícios os principais indicadores relativos ao financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros e de liquidez foram:

Indicadores	2014	2013	2012
Margem Bruta	23,88%	29,94%	38,05%
Margem Operacional	-15,70%	1,99%	12,01%
Margem Líquida	-31,35%	-9,95%	2,54%
Liquidez Geral	1,06	1,14	1,22
Liquidez Corrente	1,02	1,06	1,10
Liquidez Seca	0,67	0,77	0,69
Liquidez Imediata	0,19	0,38	0,28
Alavancagem	18,80	8,11	5,52
Perc. Cap Próprio	5,32%	12,33%	18,11%
Perc. Cap de Terceiros	94,68%	87,67%	81,89%
Composição Dívida de CP	52,56%	69,32%	66,33%
Composição Dívida de LP	47,44%	30,68%	33,67%
Composição Dívida - R\$	44,70%	60,78%	59,74%
Composição Dívida de US\$	55,30%	39,22%	40,26%
Cobertura de Juros	-100,74%	21,78%	188,92%
Retorno sobre Ativo	-18,93%	-6,78%	1,60%
Retorno sobre PL	-355,79%	-55,01%	8,81%
Dias de Clientes	85	72	76
Dias de Estoques	160	139	217
Dias de Fornecedores	29	21	29

2012: As disponibilidades e aplicações financeiras totais foram de R\$ 180,8 milhões em 2012 (R\$ 162,2 milhões em 2011). Deste total, R\$ 151,8 milhões (R\$ 87,5 milhões em 2011) são remunerados por taxas variáveis de 98% a 103% do CDI, contratados com instituições financeiras de primeira linha em ambos os períodos.

Os empréstimos e financiamentos consolidados no curto e longo prazo totalizaram R\$ 707,2 milhões em 31/dez/12, redução de 5% sobre a posição de 30/set/12, destinando-se principalmente para: (i) capital de giro e (ii) investimentos na modernização do parque fabril.

A dívida líquida após as disponibilidades ficou em R\$ 526,4 milhões, com queda de 5% no saldo em 31/dez/12 sobre 30/set/12, já começando a refletir, o plano de ação corporativo, visando à otimização de capital de giro, incluindo redução nos estoques; melhora nos prazos de contas a pagar e a receber e aumentar a recuperação de impostos.

Como objetivo permanente, buscamos o alongamento dos prazos de pagamento de nossa dívida. Entretanto, em função do refazimento das demonstrações financeiras, houve a transferência de empréstimos (R\$ 131,4 milhões), de debêntures (R\$ 56,5 milhões) e de créditos imobiliários (R\$ 19,6 milhões) para o passivo circulante, mesmo com vencimento no longo prazo, totalizando R\$ 207,5 milhões, tendo em vista a existência de contratos com previsão de índices financeiros (*covenants*) não cumpridos.

O saldo das debêntures em 31/12/12 incluindo a 1ª e 2ª emissões eram de R\$ 94,7 milhões no passivo circulante contra R\$ 112 milhões em 30/09/12. Com a reclassificação para o curto prazo, o cronograma de vencimentos a seguir ficou pressionado em 2013. A 1ª emissão de debêntures possui vencimento final em abril/14 e a 2ª emissão em 2016.

Com a reapresentação espontânea das DFs, o resultado do cálculo dos índices financeiros se alterou (Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Despesa Financeira Líquida), ocorrendo a quebra dos *covenants*, razão pela qual, os empréstimos e financiamentos relativos a estes contratos, passaram automaticamente para o curto prazo.

Consequentemente, o saldo de debêntures, os financiamentos e a antecipação de créditos imobiliários que possuíam cláusulas de *covenants* nos contratos foram classificados no passivo circulante (transferidos de longo para curto prazo), em função do não atingimento dos indicadores se não eliminarmos os efeitos não recorrentes (repactuação da TMFL) no resultado, razão pela qual

a Companhia convocou duas Assembleias Gerais de Debenturistas, uma para a 1ª e outra para a 2ª emissão, com 15 dias de antecedência mínima, tendo se realizado no dia 12/11/13.

Além disso, passamos a considerar a antecipação de recebíveis como dívida, mesmo sem haver direito de regresso, em atendimento à solicitação dos debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 12/nov/13 para votação sobre a não liquidação antecipada da 1ª e 2ª emissões.

Todos os principais credores foram visitados ou contatados, visando explicar a situação transitória de quebra dos *covenants*. Não houve interesse por parte dos debenturistas na liquidação antecipada das duas emissões, como havia sido proposto inicialmente pela Companhia.

Em 03 de abril de 2012, a Companhia finalizou a contratação de uma linha internacional de crédito, conforme aprovação de Conselho de Administração em reunião realizada e divulgada em 29 de março de 2012, no valor de USD 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), com prazo de 5 (cinco) anos e custos competitivos, como parte da estratégia de reforçar o processo de internacionalização da Companhia e como de ampliar o acesso ao mercado de capitais global, servindo de fonte de recurso para aquisições no exterior.

2013: As disponibilidades e aplicações financeiras totais foram de R\$ 281,1 milhões em 31/dez/13, 14% abaixo do saldo de R\$ 327,8 em 30/set/13 (e 56% superior aos R\$ 180,8 milhões em 31/dez/12), remunerados em grande parte por taxas variáveis de 98% a 103% do CDI, contratados com instituições financeiras de primeira linha.

Os empréstimos e financiamentos consolidados no curto e longo prazo totalizaram R\$819,2 milhões em 31/dez/13, redução de 5% sobre a posição de 30/set/13, destinando-se principalmente para: (i) capital de giro e (ii) investimentos na modernização do parque fabril.

A dívida líquida após as disponibilidades ficou em R\$ 538,1 milhões, com aumento de 1% sobre o saldo em 31/set/13 e de 2% sobre 31/dez/12, com esforços visando a otimização de capital de giro, incluindo redução nos estoques; melhora nos prazos de contas a pagar e a receber e aumentar a recuperação de impostos.

Como objetivo permanente, buscamos o alongamento dos prazos de pagamento de nossa dívida. Entretanto, em função do refazimento das demonstrações financeiras, houve a transferência de empréstimos (R\$ 388,5 milhões), de debêntures (R\$ 57,6 milhões); de créditos imobiliários (R\$ 19,6 milhões) para o passivo circulante, mesmo com vencimento no longo prazo, foram para o curto

prazo, tendo em vista a existência de contratos com previsão de índices financeiros (*covenants*) não cumpridos.

O saldo das debêntures em 31/12/13 incluindo a 1ª e 2ª emissões eram de R\$ 57,6 milhões no passivo circulante contra R\$ 77,1 milhões em 30/09/13. Com a reclassificação para o curto prazo, o cronograma de vencimentos a seguir ficou pressionado em 2013. A 1ª emissão de debêntures possui vencimento final em abril/14 e a 2ª emissão em 2016.

Com a reapresentação espontânea das DFs, o resultado do cálculo dos índices financeiros se alterou (Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Despesa Financeira Líquida), ocorrendo a quebra dos *covenants*, razão pela qual, os empréstimos e financiamentos relativos a estes contratos, passaram automaticamente para o curto prazo.

Consequentemente, o saldo de debêntures, os financiamentos e a antecipação de créditos imobiliários que possuíam cláusulas de *covenants* nos contratos foram classificados no passivo circulante (transferidos de longo para curto prazo), em função do não atingimento dos indicadores se não eliminarmos os efeitos não recorrentes (repactuação da TMFL) no resultado, razão pela qual a Companhia convocou duas Assembleias Gerais de Debenturistas, uma para a 1ª e outra para a 2ª emissão, com 15 dias de antecedência mínima, tendo se realizado no dia 12/11/13.

Além disso, passamos a considerar a antecipação de recebíveis como dívida, mesmo sem haver direito de regresso, em atendimento à solicitação dos debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 12/nov/13 para votação sobre a não liquidação antecipada da 1ª e 2ª emissões.

Todos os principais credores foram visitados ou contatados, visando explicar a situação transitória de quebra dos *covenants*. Não houve interesse por parte dos debenturistas na liquidação antecipada das duas emissões, como havia sido proposto inicialmente pela Companhia.

2014: As disponibilidades e aplicações financeiras totais somaram de R\$ 159,8 milhões em 31/dez/14, 24% abaixo do saldo de R\$ 210,2 em 30/set/14 e 43% inferiores aos R\$ 281,1 milhões de 31/dez/13, remunerados em grande parte por taxas que variam entre 98% e 103% do CDI, contratados com instituições financeiras de primeira linha.

Os empréstimos e financiamentos consolidados no curto e longo prazo totalizaram R\$ 695,8 milhões em 31/dez/14, o que significa uma redução de 3% sobre a posição de 30/set/14 e de 15% em relação ao mesmo período do ano anterior, em linha com a política de adequação do nível de caixa, visando

liquidar passivos mais onerosos, porém também em função dos vencimentos programados de parte do endividamento. Desta forma, a dívida líquida após as disponibilidades ficou em R\$ 536,1 milhões, representando um aumento de 5% sobre o saldo em 30/set/14 e estável em relação a 31/dez/13.

As debêntures totalizaram R\$ 125,8 milhões em 31/dez/14, somando a 2ª e a 3ª emissões. Entre 2010 e 2014, a Taurus emitiu três séries de debêntures de R\$ 103 milhões, R\$ 50 milhões e R\$ 100 milhões, respectivamente:

- A 1ª emissão, realizada em abril de 2010 cuja taxa era de DI + 4,1% e saldo de R\$ 15,7 milhões foi liquidado em abril de 2014;
- A 2ª emissão, realizada em agosto de 2011 com taxa DI + 2,8%, possui sete parcelas trimestrais restantes, iniciadas em agosto de 2013 e saldo de R\$ 27,3 milhões em 31/dez/14; e
- A 3ª emissão foi realizada em junho de 2014 com taxa DI + 3,25% e *covenants* financeiros de mercado, medidos anualmente. O período total é de três anos, com carência de dois anos, e colabora com o processo de alongamento da dívida, com saldo de R\$ 98,5 milhões em 31/dez/14.

Ao longo de 2014, a Companhia realizou assembleias com debenturistas da 2ª e 3ª emissão para deliberar pelo não vencimento antecipado (*waiver*) face quebra dos índices financeiros e alteração do controle acionário da Taurus decorrente do aumento de capital. A Companhia obteve sucesso nas negociações refletindo na posição financeira a adequada classificação do vencimento das dívidas.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresentava R\$ 390 milhões de dívidas financeiras de curto prazo, montante superior em R\$ 252 milhões a posição de caixa e aplicações financeiras de curto prazo. A equalização e reestruturação dos vencimentos de parte relevante da dívida de curto prazo, é fator importante para viabilizar o processo de retomada do crescimento e a operação da Companhia neste exercício de 2015.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Estrutura de Capital

2012: Em 31 de dezembro de 2012, a quantidade de ações em circulação era de 141.412.617 ações, sendo 47.137.539 ações ordinárias e 94.275.078 ações preferenciais, não tendo alterado a sua estrutura societária desde a implementação da Reestruturação Societária. A Companhia apresentou uma estrutura de capital de 18,11% recursos próprios e 81,89% de terceiros em 2012.

2013: Em 31 de dezembro de 2013, a quantidade de ações em circulação era de 141.412.617 ações, sendo 47.137.539 ações ordinárias e 94.275.078 ações preferenciais, não tendo alterado a sua estrutura societária desde a implementação da Reestruturação Societária. A Companhia apresentou uma estrutura de capital de 12,33% recursos próprios e 87,67% de terceiros em 2012.

2014: A Companhia encerrou 2014 com 177.584.427 ações emitidas, sendo 92.832.547 ações ordinárias e 84.751.880 ações preferenciais. Cabe ressaltar que, em AGE de 19 dezembro de 2014 foi aprovado um grupamento de ações à razão de onze ações de cada espécie (ON e PN), para uma da respectiva espécie. Desta forma, a partir de 20 de janeiro de 2015, as ações ordinárias e preferenciais passaram a ser negociadas de forma agrupada e com cotação unitária na BM&FBOVESPA.

A Companhia apresentou uma estrutura de capital de 5,32% recursos próprios e 94,68% de terceiros em 2014. A estratégia da Companhia será a busca do alongamento da dívida e redução dos custos financeiros, bem como a redução da mesma e o aumento da geração operacional de caixa, visando em médio prazo estabelecer uma relação ideal para o tipo de negócio da Companhia. A recomendação da Administração para chamada de novo aumento de capital visando readequar esta relação deve ocorrer ao longo do ano de 2015.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida consolidada circulante e não circulante (considerando o passivo total) da Companhia para relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir:

	2014	2013	2012
Total do Passivo	927.648	1.038.101	912.524
(-) Caixa e Equivalentes e Aplic. Financeiras	-159.760	-281.119	-180.781
Dívida Líquida (A)	767.888	756.982	731.743
Total do Patrimônio Líquido	52.115	145.993	201.780
Relação Dív. Líquida sobre Patr. Líquido (A/B)	14,73	5,19	3,63

(i) hipóteses de resgate

Não há nenhum planejamento ou deliberação relativa ao resgate de ações ou quotas pela Administração ou pelos acionistas da Companhia.

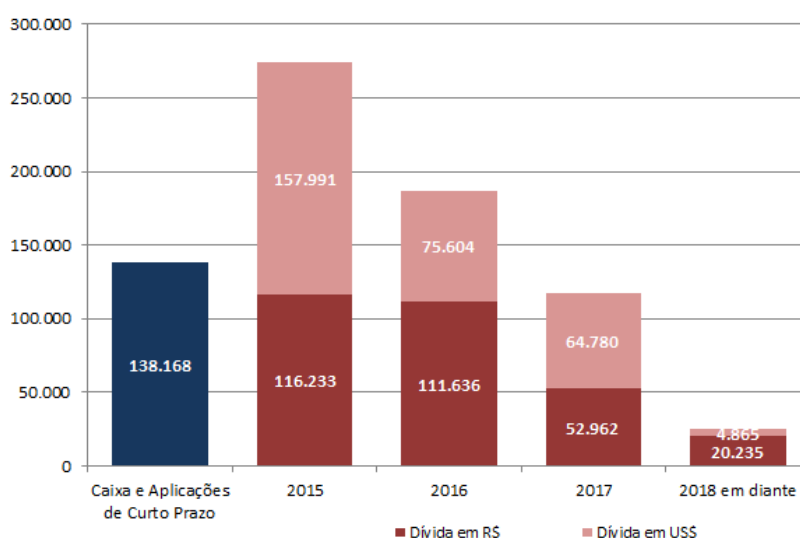
(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresenta, tipicamente, um volume de caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. Todavia aposição de 31 de dezembro de 2014 mostra-se com desafios para reestabelecer este balanço dado que o volume de caixa nesta posição não é suficiente para assegurar esta cobertura. Conforme mencionado anteriormente a Administração da Companhia trabalhará no sentido de readequar os vencimentos concentrados de dívidas em 2015 para período de mais longo prazo de forma a diluir os pagamentos previstos para este exercício e permitir ao caixa da Companhia buscar reforçar seus montantes com a geração operacional de caixa.

No gráfico abaixo, destaca-se o cronograma de vencimentos do endividamento de forma consolidada.



d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Tendo em vista seu perfil exportador, a Companhia utiliza-se principalmente de adiantamentos de câmbio sobre mercadorias embarcadas (ACE) para financiar seu capital de giro devido ao seu custo mais atrativo. O restante da necessidade é complementada com linhas de capital de giro, tais como Nota de Crédito Exportação (NCE) e linhas de giro do BNDES (PEC, BNDES Exim-Pré-Emarque).

Para investimentos são utilizados recursos de linhas especiais do BNDES e FINEP, FINIMP, bem como recursos próprios.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Linhas de captação internacional de longo prazo foram obtidas através da subsidiária integral americana nos EUA em 2012 e outras linhas especiais no mercado local.

Conservadoramente, a Companhia buscou ampliar a sua liquidez em função da crise internacional, em especial na zona do Euro, em função da reestruturação societária de 2011 e da fragilidade operacional diagnosticada após as reapresentações de 2012 e 2013. Entre 2010 e 2014, a Taurus emitiu três séries de debêntures de R\$ 103 milhões, R\$ 50 milhões e R\$ 100 milhões, conforme já descrito neste formulário, tendo como objetivos alongar o perfil da dívida, fortalecer o capital de giro para o crescimento dos negócios e fazer frente à volatilidade do mercado cambial.

Como reforçado anteriormente, a Companhia irá buscar a readequação dos prazos de vencimento de suas dívidas como forma de equilibrar com a posição de caixa apresentada.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, aplicações financeiras, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e hipoteca de imóveis. Os avais concedidos pela controladora e os avais concedidos pela Companhia à suas controladas estão demonstrados na nota explicativa 21 – Partes relacionadas.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contém cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias, entre elas: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia. Além desses pontos, determinam a manutenção de determinados índices financeiros: endividamento (dívida financeira líquida/EBITDA) inferior a 3,5 vezes; índice de cobertura de juros (EBITDA/despesas financeiras líquidas) igual ou superior a 2,75 vezes. Caso não sejam atendidas as restrições os credores poderão antecipar o vencimento. Todos os índices citados acima são calculados trimestralmente com base nos últimos doze meses.

Quanto aos contratos de empréstimos e financiamentos, termos e condições, assim como seus prazos, custos e moedas, destacamos:

				2014	2013	2012
	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Empréstimos bancários garantidos						
Capital de giro	R\$	CDI + 2,25 a 3,00% a.a.	2018	107.222	185.757	166.389
Desconto de recebíveis	R\$	15,36% a.a.	2013	-	85	1.556
FINAME	R\$	TJLP + 4,40 a 5,40% a.a.	2014	-	96	2.783
FINAME	R\$	2,50 a 8,70% a.a.	2021	5.950	9.657	10.039
FINEP	R\$	TJLP + 0,16 a.a.	2014	-	1.919	4.223
FINEP	R\$	4,00 a 5,25% a.a.	2020	33.826	36.428	42.058
BNDES	R\$	3.50% a.a.	2020	10.074	5.210	-
BNDES Revitaliza	R\$	9% a.a.	2017	-	-	2.854
BNDES Progeren	R\$	TJLP + 4,00 a 4,50% a.a.	2016	38.202	64.796	32.883
FNE	R\$	9,50% a.a.	2019	7.051	8.461	9.828
Capital de giro	USD	Libor + 1,55 a 5,60% a.a.	2017	120.893	149.530	135.553
Capital de giro	USD	3,32 a 5,20% a.a.	2016	107.446	127.389	136.448
Capital de giro	USD	80 a 90% CDI	2016	25.889	21.812	-
Financiamento aquisição imob.	USD	Libor + 3,0% a.a.	2014	-	196	525
Investimentos	USD	5,33% a.a.	2017	14.028	12.889	11.672
Investimentos	USD	Libor + 2,25% a.a.	2017	3.454	3.886	3.537
FINIMP	USD	Libor + 2,23 a 4,41% a.a.	2016	16.323	33.100	17.692
Dell financing	USD	Custo 0%.	2016	328	470	-
Total de passivos com incidência de juros				490.686	661.681	578.040

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os contratos de empréstimo e financiamento estão demonstrados no item anterior.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 8 de junho de 2010 e 6 de setembro de 2011, a Companhia celebrou instrumento particular de escritura pública para a 1ª e 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações no valor nominal total de R\$ 103.000 e R\$ 50.000, respectivamente.

As emissões ocorreram em série única, correspondendo a 10.300 debêntures para a 1ª emissão e 200 debêntures para a 2ª emissão, distribuídas no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures, com esforços restritos de colocação destinada exclusivamente a investidores qualificados.

Para a 1ª emissão o valor nominal unitário será pago em 7 parcelas semestrais, com carência de 12 meses, iniciado em 15 de abril de 2011. Para a 2ª emissão o valor nominal unitário será pago em 13 parcelas trimestrais, com carência de 2 anos, iniciando em 23 de agosto de 2013. Sobre este valor incidirão juros remuneratórios calculados em regime de capitalização composta, correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros acrescida de juros remuneratórios discriminados a seguir:

						2014
	Indexador	Circulante	Não circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar
Debêntures:						
2ª emissão	Taxa DI + 2,8%	15.764	11.538	884	884	-
3ª emissão	Taxa DI + 3,25%	169	98.360	1.956	316	1.640
		15.933	109.898	2.840	1.200	1.640

						2013
	Indexador	Circulante	Não circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar
Debêntures:						
1ª emissão	Taxa DI + 4,1%	15.008	-	1.424	1.335	89
2ª emissão	Taxa DI + 2,8%	42.557	-	856	598	258
		57.565	-	2.280	1.933	347

						2012
	Indexador	Circulante	Não circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar
Debêntures:						
1ª emissão	Taxa DI + 4,1%	44.762	-	1.160	1.065	95
2ª emissão	Taxa DI + 2,8%	49.936	-	809	271	538
		94.698	-	1.969	1.336	633

A taxa efetiva de juros da 2ª emissão é de 14,63% a.a. e da 3ª emissão é de 15,17% a.a. Para mensuração da taxa efetiva foi considerado a taxa do indexador contratual vigente na data da elaboração das demonstrações financeiras vigentes. A 2ª emissão de debêntures conta com

garantias fidejussórias das controladas da Forjas Taurus S.A. no Brasil, ao passo que a 3ª emissão de debêntures não tem exigência de garantias.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existem dívidas subordinadas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As debêntures contam com garantias fidejussórias das controladas da Companhia no Brasil, constituídas por meio das fianças concedidas em caráter solidário.

O instrumento prevê o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações relacionadas as debêntures, redução de capital social da Companhia e/ou da Polimetal ⁽¹⁾, realização pela Companhia ou pelas garantidoras de qualquer tipo de venda ou transferência de ativos que tenha impacto igual ou superior a 15% do ativo consolidado da Companhia ou igual ou superior a 20% da receita bruta consolidada da Companhia ⁽²⁾, realização, pela Companhia ou suas subsidiárias, de operação de financiamento, adiantamento ou mútuo, na qualidade de credoras, com qualquer dos seus controladores diretos ou indiretos, exceto com a finalidade exclusiva de refinanciar obrigações constituídas anteriormente à emissão das debêntures, prestação, pela Companhia ou suas subsidiárias, de fianças ou quaisquer tipos de garantia em operações financeiras dos controladores diretos ou indiretos em montantes acima dos já existentes na data de emissão das debêntures, manutenção de índices financeiros mínimos (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 3,25 vezes (3ª emissão) e 3 vezes (2ª emissão) e EBITDA/despesas financeiras líquidas igual ou superior a 2,75 vezes (3ª emissão), onde: dívida líquida é igual ao total das dívidas (incluindo avais e garantias) menos as disponibilidades, EBITDA é igual ao lucro antes dos impostos, juros, tributos, depreciação e amortização dos últimos 12 meses e despesas financeiras líquidas, que correspondem ao total de receitas financeiras menos despesas financeiras dos últimos 12 meses, ajustados por itens não recorrentes.

(1) A ocorrência de tais eventos poderá ser aprovada pelos titulares de, no mínimo 2/3 das debêntures em circulação, sem que as obrigações então se tornem vencidas antecipadamente.

(2) A ocorrência de tais eventos poderá ser aprovada pelos titulares de, no mínimo 75% das debêntures em circulação, sem que as obrigações então se tornem vencidas antecipadamente.

A administração da Companhia e de suas controladas monitoram estes índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. O contrato da 2ª emissão determina que os índices sejam atendidos trimestralmente e, o contrato da 3ª emissão que sejam atendidos anualmente, sendo que estes índices não foram atendidos no trimestre corrente.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia possui linhas de crédito contratadas junto a instituições financeiras, conforme apresentado na nota explicativa 17 das Demonstrações Financeiras do exercício de 2014. Todas estas linhas de crédito estão sendo utilizadas em grande parte integralmente.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito aprovadas, porém não contratadas, totalizando em aproximadamente R\$ 150.000, com os prazos e taxas utilizados no mercado. Garantias podem ser exigidas para acesso a estes valores, as quais podem não estar disponíveis ou serem de difícil implementação. Adicionalmente, a controlada Taurus Holdings, Inc. possui linha de crédito no valor de USD 75.000, em dezembro de 2014, está utilizando USD 23.170 dessa linha de crédito. Igualmente garantias podem ser exigidas para a liberação destes recursos ainda não utilizados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis da Companhia e empresas consolidadas foram elaboradas conforme as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Seguem os comparativos entre 2014, 2013 e 2012. Abaixo, são destacadas, em milhares de reais, as principais alterações comparativas dos principais grupos do balanço patrimonial, da demonstração de resultado e demonstração do fluxo de caixa.

BALANÇO PATRIMONIAL

	2012	2013	2014
Ativo Total	1.114.304	1.184.094	979.763
AH		6,3%	-17,3%
Ativo Circulante	702.275	782.672	574.283
AH		11,4%	-26,6%
AV	63,0%	66,1%	58,6%
Caixa e Equivalentes de Caixa	180.781	281.119	104.536
AH		55,5%	-62,8%
AV	16,2%	23,7%	10,7%
Aplicações Financeiras	-	-	33.632
AV	-	-	3,4%
Contas a Receber	148.847	161.660	139.720
AH		8,6%	-13,6%
AV	13,4%	13,7%	14,3%
Estoques	261.527	218.269	200.524
AH		-16,5%	-8,1%
AV	23,5%	18,4%	20,5%
Tributos a Recuperar	39.428	35.785	23.419
AH		-9,2%	-34,6%
AV	3,5%	3,0%	2,4%
Despesas Antecipadas	9.086	9.059	11.533
AH		-0,3%	27,3%
AV	0,8%	0,8%	1,2%
Outros Ativos Circulantes	62.606	76.780	60.919
AH		22,6%	-20,7%
AV	5,6%	6,5%	6,2%
Ativo Não Circulante	412.029	401.422	405.480
AH		-2,6%	1,0%
AV	37,0%	33,9%	41,2%
Ativo Realizável a Longo Prazo	56.470	50.814	66.807
AH		-10,0%	31,5%
AV	5,1%	4,3%	6,8%
Investimentos	15.893	14.543	13.401
AH		-8,5%	-7,9%
AV	1,4%	1,2%	1,4%
Imobilizado	278.485	268.484	257.222
AH		-3,6%	-4,2%
AV	25,0%	22,7%	26,3%
Intangível	61.181	67.581	68.050
AH		10,5%	0,7%
AV	5,5%	5,7%	6,9%

	2012	2013	2014
Passivo Total	1.114.304	1.184.094	979.763
AH		6,3%	-17,3%
Passivo Circulante	638.513	737.474	560.708
AH		15,5%	-24,0%
AV	57,3%	62,3%	57,2%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	27.263	29.768	25.095
AH		9,2%	-15,7%
AV	2,4%	2,5%	2,6%
Fornecedores	34.958	32.978	36.321
AH		-5,7%	10,1%
AV	3,1%	2,8%	3,7%
Obrigações Fiscais	24.631	18.287	17.621
AH		-25,8%	-3,6%
AV	2,2%	1,5%	1,8%
Empréstimos e Financiamentos	417.253	446.095	274.798
AH		6,9%	-38,4%
AV	37,4%	37,7%	28,0%
Outras Obrigações	129.052	196.451	158.111
AH		52,2%	-19,5%
AV	11,6%	16,6%	16,1%
Provisões	5.356	13.895	48.762
AH		159,4%	250,9%
AV	0,5%	1,2%	5,0%
Passivo Não Circulante	274.011	300.627	366.940
AH		9,7%	22,1%
AV	24,6%	25,4%	37,5%
Empréstimos e Financiamentos	255.485	273.151	341.719
AH		6,9%	25,1%
AV	22,9%	23,1%	34,9%
Outras Obrigações	10.098	9.495	6.178
AH		-6,0%	-34,9%
AV	0,9%	0,8%	0,6%
Tributos Diferidos	5.777	12.872	9.803
AH		122,8%	-23,8%
AV	0,5%	1,1%	1,0%
Provisões	2.651	5.109	9.240
AH		92,7%	80,9%
AV	0,2%	0,4%	0,9%

	2012	2013	2014
Patrimônio Líquido Consolidado	201.780	145.993	52.115
AH		-27,6%	-64,3%
AV	18,1%	12,3%	5,3%
Capital Social Realizado	257.797	257.797	324.876
AH		0,0%	26,0%
AV	23,1%	21,8%	33,2%
Reservas de Capital	- 73.891 -	73.891 -	40.996
AH		0,0%	-44,5%
Ações em Tesouraria	- 32.895 -	32.895	-
Transações de Capital	- 40.996 -	40.996 -	40.996
Reservas de Lucros	321	-	-
AV	0,0%	0,0%	0,0%
Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	321	-	-
Lucros/Prejuízos Acumulados	- 20.604 -	99.659 -	317.290
AH		383,7%	218,4%
AV	-1,8%	-8,4%	-32,4%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	37.773	37.483	36.685
Ajustes Acumulados de Conversão	384	24.263	48.840

(1) A variação no ativo circulante foi menor em R\$ 186,8 milhões em 31 de dezembro de 2014, 23,9% inferior a 31 de dezembro de 2013, explicado principalmente por: (i) a empresa, conservadoramente em 2013, elevar o nível de disponibilidades para um possível vencimento debêntures que havia na época; compensado parcialmente pela (ii) redução de estoques como foi previsto pela administração nas diretrizes estabelecidas em 2012, com a redução do tempo de atravessamento das peças e tornar a produção mais eficiente por meio do *lean manufacturing*.

(2) O aumento de R\$ 100,4 milhões de 2013 em relação a 2012 em caixa e equivalentes se deve pelo aumento da operação de adiantamento de recebíveis utilizados para aumento do caixa da companhia dado o risco de liquidação antecipada de suas debêntures. Já em 2014, o saldo retornou aos patamares históricos, em função do sucesso na negociação com os credores.

(3) Os empréstimos e financiamentos consolidados no curto e longo prazo totalizaram R\$ 695,8 milhões em 31/dez/14, o que significa uma redução de 15% em relação ao mesmo período do

ano anterior, em linha com a política de adequação do nível de caixa, visando liquidar passivos mais onerosos.

(4) A dívida líquida após as disponibilidades ficou em R\$ 536,1 milhões, representando um aumento de 5% sobre o saldo em 30/set/14 e estável em relação a 31/dez/13.

(5) As debêntures totalizaram R\$ 125,8 milhões em 31/dez/14, somando a 2ª e a 3ª emissões. Entre 2010 e 2014, a Taurus emitiu três séries de debêntures de R\$ 103 milhões, R\$ 50 milhões e R\$ 100 milhões, respectivamente:

- A 1ª emissão, realizada em abril de 2010 cuja taxa era de DI + 4,1% e saldo de R\$ 15,7 milhões foi liquidado em abril de 2014;
- A 2ª emissão, realizada em agosto de 2011 com taxa DI + 2,8%, possui sete parcelas trimestrais restantes, iniciadas em agosto de 2013 e saldo de R\$ 27,3 milhões em 31/dez/14; e
- A 3ª emissão foi realizada em junho de 2014 com taxa DI + 3,25% e covenants financeiros de mercado, medidos anualmente. O período total é de três anos, com carência de dois anos, e colabora com o processo de alongamento da dívida, com saldo de R\$ 98,5 milhões em 31/dez/14.

(6) O patrimônio líquido da Companhia consolidado em 31/dez/14 alcançou o montante de R\$ 52,1 milhões, com valor patrimonial de R\$ 0,29 por ação do capital social (R\$ 1,13 em 31/dez/13), representado por 171.584.427 ações em circulação. Ressalta-se que o valor patrimonial e a quantidade de ações ainda não refletem o grupamento de ações aprovado em dezembro de 2014, já que as ações passaram a ser negociadas de forma agrupada apenas em janeiro de 2015.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	2012	2013	2014
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	700.971	807.340	591.536
AH	13,4%	15,2%	-26,7%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	- 434.237	- 565.619	- 450.272
AH	22,8%	30,3%	-20,4%
AV	61,9%	70,1%	76,1%
Resultado Bruto	266.734	241.721	141.264
AH	0,9%	-9,4%	-41,6%
AV	38,1%	29,9%	23,9%
Despesas/Receitas Operacionais	- 182.571	- 225.692	- 234.124
AH	11,8%	23,6%	3,7%
AV	26,0%	28,0%	39,6%
Despesas com Vendas	- 89.419	- 126.341	- 113.750
Despesas Gerais e Administrativas	- 60.730	- 77.885	- 78.916
Outras Receitas Operacionais	7.987	10.689	11.969
Outras Despesas Operacionais	- 41.284	- 30.806	- 52.285
Resultado de Equivalência Patrimonial	875	- 1.349	- 1.142
Resultado Antes do Result. Financ. e dos Trib.	84.163	16.029	- 92.860
AH	-16,6%	-81,0%	-679,3%
AV	12,0%	2,0%	-15,7%
Resultado Financeiro	- 44.549	- 73.595	- 92.181
AH	-6,5%	65,2%	25,3%
AV	-6,4%	-9,1%	-15,6%
Receitas Financeiras	90.348	102.136	129.789
Despesas Financeiras	- 134.897	- 175.731	- 221.970
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	39.614	- 57.566	-185.041
AH	-25,7%	-245,3%	221,4%
AV	5,7%	-7,1%	-31,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	- 21.833	- 22.744	- 381
AV	0,0%	0,0%	0,0%
Corrente	- 23.110	- 21.418	- 479
Diferido	1.277	1.326	98
Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.781	- 80.310	-185.422
AV	2,5%	-9,9%	-31,3%
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	- 134.991	-	-
AV	-19,3%	0,0%	0,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-117.210	- 80.310	-185.422
AH	-413,9%	-31,5%	130,9%
AV	-16,7%	-9,9%	-31,3%
Lucro por Ação - (Reais / Ação)	- 9,11	- 6,85	- 13,89

(7) A Forjas Taurus S.A. apresentou, em 2014, uma receita líquida consolidada de R\$ 591,5 milhões, representando uma queda de 26,7% em relação aos R\$ 807,3 milhões de 2013, que havia sido 15,2% superior a 2012, explicado principalmente por uma retração conjuntural do maior mercado consumidor da Companhia, o norte-americano.

(8) Entre o final de 2012 e início de 2013, o mercado norte-americano apresentou crescimento tendo em vista as propostas feitas pelo governo Obama com a finalidade de restringir a aquisição de armas. Apesar de tais medidas não terem sido aprovadas no Congresso, elas fizeram o cidadão norte-americano fosse às compras com maior vigor neste período – com medo de uma possível limitação para aquisição de armas –, o que fez com que os níveis de checagens para compras (NICS) chegassem a patamares históricos em 2013.

(9) Diante deste cenário, a concorrência em 2014 foi intensificada, fazendo com que descontos e promoções deteriorassem as margens do mercado como um todo. Além deste fator, os grandes distribuidores ainda possuíam estoques elevados, resultando em maior cautela e poder de barganha no momento da compra por parte dos grandes clientes.

(10) A geração de caixa consolidada em 2014, medida pelo conceito de EBITDA Ajustado, foi de R\$ 44,8 milhões com uma margem ajustada de 7,6% (R\$ 100 milhões e margem EBITDA ajustada de 12,4% em 2013). A redução de R\$ 55,2 milhões do EBITDA Ajustado em relação a 2013 decorre, principalmente, (i) da queda nos volumes de produção e vendas ocorridos em função da retração conjuntural do mercado norte-americano já evidenciado anteriormente, e (ii) da improdutividade incorrida no segmento de armas. Como consequência, houve forte retração do lucro bruto, além da contribuição negativa do aumento de despesas operacionais, mesmo após as eliminações de despesas não recorrentes.

(11) As despesas financeiras líquidas em 2014 somaram R\$ 92,2 milhões, correspondendo a um crescimento de 25,3% frente aos R\$ 73,6 milhões apurados em 2013. Este aumento é proveniente da elevação da taxa básica de juros da economia e da variação cambial líquida negativa face balanço entre a exposição ativa e passiva da Taurus. Cerca de 45% do endividamento bruto da Companhia está relacionado ao dólar, sendo na maior parte protegidos por operações de hedge. Desta forma, a marcação a mercado dessas operações resulta em registros de despesas financeiras,

mesmo não havendo desembolsos. Por outro lado, cerca de 60% da receita líquida é proveniente de exportações, o que influencia positivamente em um cenário de depreciação da moeda brasileira.

(12) Em 2014, a Forjas Taurus S.A. e empresas controladas apresentaram prejuízo de R\$ 185,4 milhões, contra um prejuízo de R\$ 80,3 milhões em 2013. As razões da apresentação deste resultado – aquém do esperado pela Administração da Companhia – foram evidenciadas e detalhadas nos itens anteriores do presente relatório, sendo as principais: (i) forte retração conjuntural do mercado norte-americano de armas, (ii) perda de rentabilidade em função da redução dos volumes e improdutividade, e (iii) provisões registradas face aumento na probabilidade de perda em processos cíveis.

FLUXO DE CAIXA - CONSOLIDADO

	2012	2013	2014
Caixa no Início do Período	162.226	180.781	281.119
AH		11,4%	55,5%
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	60.881	101.710	51.513
AH		67,1%	-49,4%
Prejuízo Antes de IR e CSLL	-95.377	-57.566	-185.041
AH		-39,6%	221,4%
AV	-156,7%	-56,6%	-359,2%
Depreciação e Amortização	31.241	35.307	33.343
AH		13,0%	-5,6%
AV	51,3%	34,7%	64,7%
Custo do Ativo Permanente Baixado	6.984	6.142	3.378
AH		-12,1%	-45,0%
AV	11,5%	6,0%	6,6%
Equivalência Patrimonial	-875	1.349	1.142
AH		-254,2%	-15,3%
AV	-1,4%	1,3%	2,2%
Provisões	141.433	86.875	137.234
AH		-38,6%	58,0%
AV	232,3%	85,4%	266,4%
Variações de Ativos e Passivos	-63.484	48.562	65.693
AH		-176,5%	35,3%
AV	-104,3%	47,7%	127,5%
Pagamento de IRPJ e CSLL	-20.087	-19.822	-5.407
AH		-1,3%	-72,7%
AV	-33,0%	-19,5%	-10,5%
Repactuação Contrato	57.830	0	0
AV	95,0%	-100,0%	-
Outros	3.216	0,0%	0,0%
AH		863	1.171
AV	5,3%	-73,2%	35,7%

FLUXO DE CAIXA - CONSOLIDADO (Cont.)	2012	2013	2014
Atividades de Investimento	-95.866	-28.247	-71.185
AH		-70,5%	152,0%
No Imobilizado	-58.780	-26.271	-14.646
AH		-55,3%	-44,3%
AV	61,3%	93,0%	20,6%
No Intangível	-3.187	-1.976	-1.315
AH		-38,0%	-33,5%
AV	3,3%	7,0%	1,8%
Aplicações Financeiras	0	0	-55.224
AV	0,0%	0,0%	77,6%
Em Investimentos	-34.118	0	0
AV	35,6%	0,0%	0,0%
Outros Créditos	219	0	0
AV	-0,2%	0,0%	0,0%
Atividades de Financiamento	53.541	26.875	-156.911
AH		-49,8%	-683,9%
AV	-55,8%	-95,1%	220,4%
Empréstimos Tomados	329.682	296.431	283.465
AH		-10,1%	-4,4%
AV	615,8%	1103,0%	-180,7%
Pagamentos de Empréstimos	-216.309	-219.401	-450.063
AH		1,4%	105,1%
AV	-404,0%	-816,4%	286,8%
Pagamento de Juros sobre os Empréstimos	-38.619	-42.801	-57.392
AH		10,8%	34,1%
AV	-72,1%	-159,3%	36,6%
Aumento de Capital	0	0	67.079
AV	0,0%	0,0%	0,0%
Pagamento Juros s/ Capital Próprio e Dividendos	-21.130	0,0%	-42,7%
AH		-7.354	0
AV	-39,5%	-65,2%	-100,0%
Outros	-83	-27,4%	0,0%
AV	-0,2%	0	0
Aumento (Redução) de Caixa	18.555	100.338	-176.583
AH		440,8%	-276,0%
Caixa no Fim do Período	180.781	281.119	104.536
AH		55,5%	-62,8%

(13) Em 2014 houve geração negativa de Fluxo de Caixa Livre depois das atividades de investimento e financiamento de R\$ 176,6 milhões, enquanto que em 2013 foi positivo em R\$ 100,3 milhões.

(14) Cabe ressaltar que, em abril de 2014, os acionistas da Companhia deliberaram por um aumento de capital via subscrição particular no ambiente da BM&FBOVESPA que, após duas rodadas de sobras, totalizou R\$ 67 milhões com o seguinte cronograma de ingresso de caixa:

- 30/jun/14: R\$ 21,5 milhões, do aumento de capital após o término do exercício de preferência;
- 11/jul/14: R\$ 38,5 milhões, após o 1º rateio de sobras;
- 21/jul/14: R\$ 7 milhões, após o 2º rateio de sobras.

(14) Os resultados dos exercícios de 2012 e 2013 foram altamente impactados pela venda do ativo TMFL. Em 2012, o impacto da venda e de sua posterior repactuação foi na ordem de R\$ 140 milhões negativos, enquanto que em 2013, o impacto foi de R\$ 23 milhões negativos. Destes montantes, o efeito líquido no caixa da Companhia foi negativo em R\$ 5,8 milhões em 2012 e de R\$ 8,6 em 2013.

(15) Os investimentos consolidados realizados no exercício de 2014 somaram R\$ 16,0 milhões (R\$ 28,2 milhões em 2013). A distribuição destes recursos foi de 18% em ampliação de capacidade produtiva da Companhia e de suas controladas, 57% em modernização industrial, e 25% em melhoria contínua e outros investimentos. O valor da depreciação e amortização totalizou R\$ 33,3 milhões em 2014, em linha com os R\$ 35,2 milhões apresentados em 2013.

10.2. Resultado Operacional e Financeiro

a) resultado das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Armas – o processo de produção de armas, por tratar-se de uma indústria preponderantemente metalúrgica, utiliza-se das seguintes fases básicas: forjamento (a partir de

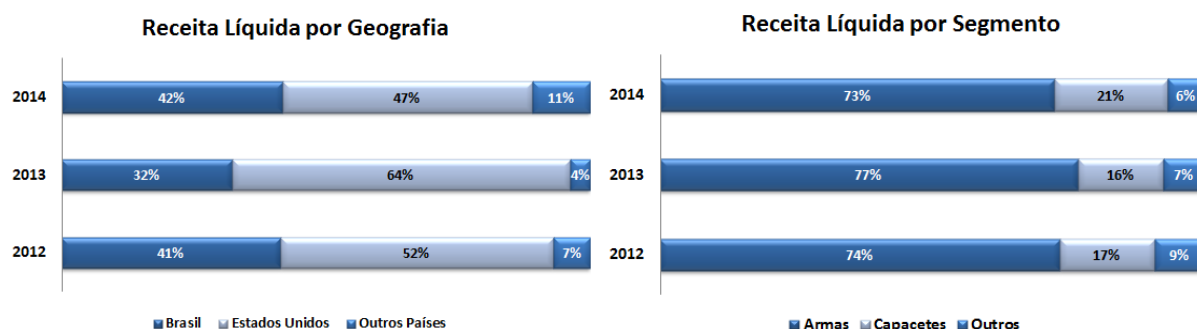
perfis chatos), usinagem (a partir de perfis chatos de aço e através de fresadoras, furadeiras, tornos, brochadeiras, etc.), MIM – Metal Injection Molding (peças injetadas em metal), montagem (manual), acabamento (basicamente polimento), tratamento térmico e superficial e montagem final (ajustes necessários); essas operações são realizadas pela Forjas Taurus S.A. e Taurus Holdings, Inc. e suas controladas. O mercado de exportação figura como o principal do segmento de armas, tendo sido responsável por 79%, 87% e 79% das vendas deste produto em 2014, 2013 e 2012, respectivamente.

Capacetes – o processo de produção de capacetes utiliza-se das seguintes fases: injeção (a partir do ABS – Acrylonitrile Butadiene Styrene), pintura e acabamento (a partir de peças já injetadas, através de processo de pintura manual e automatizada), costura (a partir de tecidos, espuma e chapas de policarbonatos, utilizando-se máquinas de corte, costura e balancim) e montagem final; essas operações são realizadas pela Taurus Blindagens Ltda., Taurus Blindagens Nordeste Ltda. e Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda. (incorporada pela Taurus Blindagens Ltda. em 2014). As vendas de capacetes são majoritariamente para o mercado interno.

Máquinas – trata-se de desenvolvimento, fabricação e comercialização de máquinas operatrizes e de seus componentes; essas operações eram realizadas pela Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. e sua controlada SM Metalurgia Ltda. A operação foi alienada em junho de 2012, através da venda da SM Metalurgia Ltda., e suas operações atuais se resumem a atendimento de contratos de assistência técnica e garantia. A receita líquida dos períodos em que o segmento era operacional soma-se ao segmento “Outros” descrito abaixo.

Outros – resultado do segmento de forjados, linha desativada ao final de 2013, e MIM – *Metal Injection Molding* (peças injetadas em metal) para terceiros (Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.); coletes antibalístico e produtos plásticos (Taurus Blindagens Ltda.). Inclui também outras operações como a fabricação e venda de óculos, escudos antitumulto e prestação de serviços.

Os gráficos abaixo demonstram a importância de cada um dos segmentos e mercados descritos acima na receita líquida da Companhia nos últimos três anos:



ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Armas

- entre o final de 2012 e início de 2013, o mercado norte-americano foi afetado positivamente por medidas restritivas a aquisição de armas propostas pelo governo Obama. Apesar de tais medidas não terem sido aprovados no Congresso, elas fizeram o cidadão norte-americano ir às compras com maior vigor neste período – com medo de uma possível limitação para aquisição de armas - o que fez com que os níveis de checagens para compras (NICS) chegassem a patamares históricos em 2013. Em 2014, o NICS apresentou queda de 11,6% em relação a 2013, e de 5% em relação a 2012;
- diante deste cenário, a concorrência em 2014 também foi intensificada, fazendo com que descontos e promoções deteriorassem as margens do mercado como um todo. Além deste fator, os grandes distribuidores ainda possuíam estoques elevados, resultando em maior cautela e poder de barganha no momento da compra por parte dos grandes clientes.

Capacetes

- redução na demanda por capacetes em 2014 quando comparada a 2013 e 2012;
- redução nos preços de venda visando aumento no volume, manutenção do market share e giro nos estoques;
- redução no preço médio dos capacetes também em função do mix vendido; e
- aumento nos custos de mão-de-obra em função dos ajustes salariais acima da inflação aprovados nas unidades fabris.

Outros

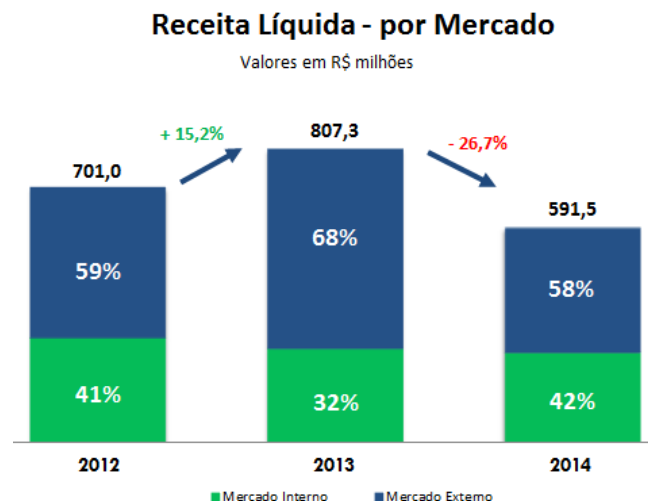
- descontinuidade da operação de forjaria para terceiros no final de 2013, que atualmente atende apenas a demanda interna da Companhia na fabricação de armas;
- mix de produtos vendidos em 2014 mais favorável à Companhia em relação a 2013 e 2012.

Outros fatores geraram impactos relevantes no exercício de 2014 tais como:

- Queda no volume de produção com consequente aumento na improdutividade das operações;
- Reconhecimento de atualização de provisões para contingências para refletir as perdas prováveis estimadas;
- Elevação da valorização do dólar frente ao Real impactando o resultado financeiro.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A Forjas Taurus S.A. apresentou, em 2014, uma receita líquida consolidada de R\$ 591,5 milhões, representando uma queda de 26,7% em relação aos R\$ 807,3 milhões de 2013, que havia sido 15,2% superior a 2012, desempenho explicado principalmente por uma retração conjuntural do maior mercado consumidor da Companhia, o norte-americano.



Como consequência, a distribuição geográfica das vendas da Companhia foi alterada significativamente. A participação do Brasil na receita líquida aumentou de 32% em 2013 para 42% em 2014. As vendas para o mercado brasileiro foram de R\$ 247,5 milhões em 2014, cerca de R\$ 12 milhões a menos do que no ano anterior. Entretanto, houve incremento nas vendas de armas para o mercado interno em 2014, compensado negativamente pela queda na receita de capacetes e de outros produtos, como por exemplo, forjados para terceiros. Cabe destacar, pelo lado positivo, as

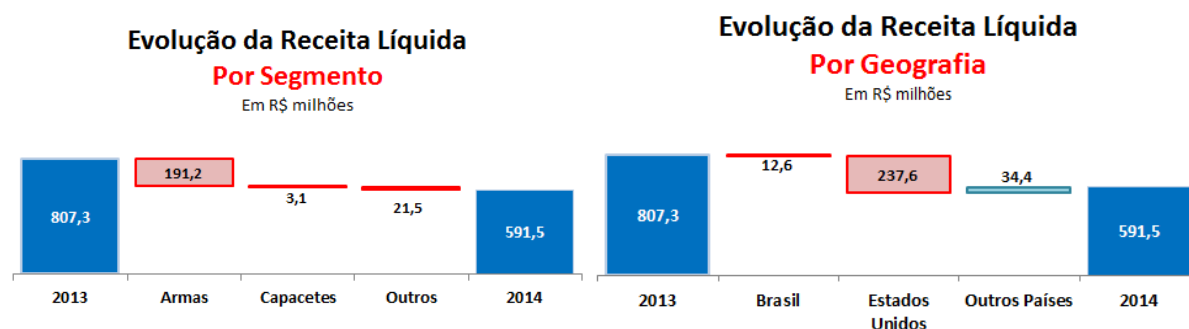
fortes vendas para os outros países para os quais a Taurus exporta. Este mercado foi responsável por um incremento de mais de R\$ 30 milhões nas vendas, o que significa o dobro das vendas para outros países em relação a 2013, atingindo 10% de participação na receita líquida consolidada e corroborando com a estratégia de diversificar os mercados que se destinam as exportações da Companhia.

A distribuição por segmento de negócio da receita líquida consolidada mostra que o segmento de armas curtas e longas continua representando a maior fatia das vendas da Taurus (73%), seguido de capacetes (21%) e outros produtos (6%) como plásticos, bauletos, M.I.M. e coletes.

I. Armas

Este segmento contempla armas curtas (revólveres e pistolas de uso de segurança pública, privada, uso restrito militar e civil), armas longas (rifles, carabinas e espingardas), além de submetralhadoras. As operações deste segmento são realizadas pela Forjas Taurus S.A. em Porto Alegre/RS, Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. em São Leopoldo/RS e Taurus Holdings, Inc. nos Estados Unidos. Em relação à receita líquida, houve uma queda de 30,8% em relação a 2013, totalizando R\$ 430,0 milhões em 2014.

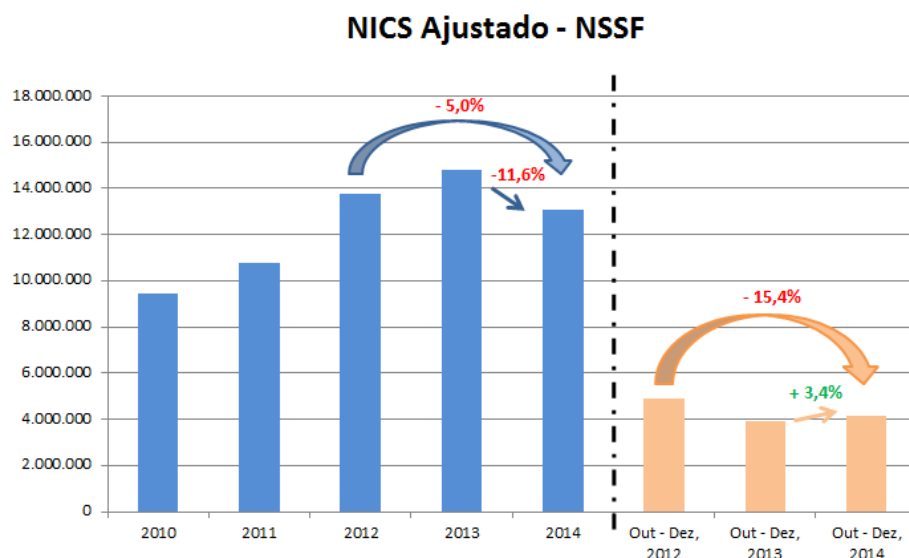
A forte queda na receita líquida deste segmento em relação a 2013, e a consequente perda de rentabilidade em função dos custos e despesas fixas são explicadas pela significativa retração do mercado norte-americano, especificamente de armas, deteriorando os resultados da Companhia.



Ressalta-se que, entre o final de 2012 e início de 2013, o mercado norte-americano apresentou crescimento tendo em vista as propostas feitas pelo governo Obama com a finalidade de restringir a aquisição de armas. Apesar de tais medidas não terem sido aprovadas no Congresso, elas fizeram o cidadão norte-americano fosse às compras com maior vigor neste período – com medo de uma possível limitação para aquisição de armas -, o que fez com que os níveis de checagens para compras (NICS) chegassem a patamares históricos em 2013. A evolução deste indicador é demonstrada no gráfico a seguir, evidenciando, em 2014, uma queda de 11,6% em relação a 2013 e de 5% em relação

a 2012. Diante deste cenário, a concorrência em 2014 também foi intensificada, fazendo com que descontos e promoções deteriorassem as margens do mercado como um todo. Além deste fator, os grandes distribuidores ainda possuíam estoques elevados, resultando em maior cautela e poder de barganha no momento da compra por parte dos grandes clientes.

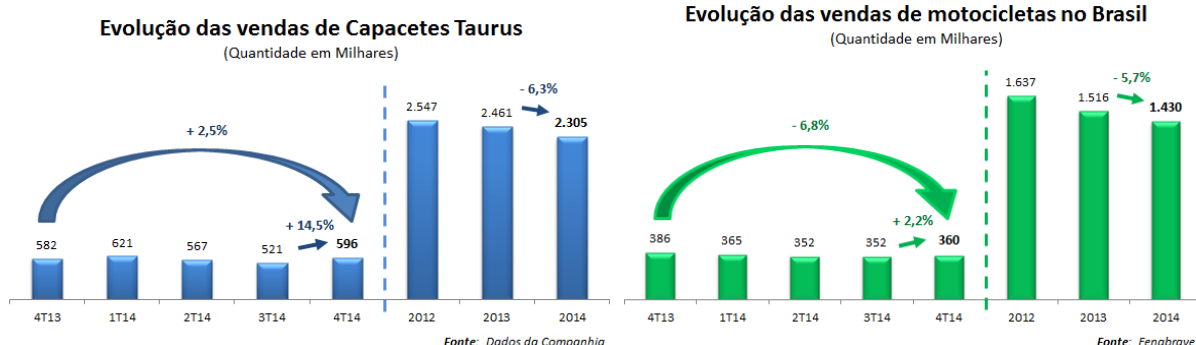
Entretanto, nos últimos meses de 2014 já apareceram sinais de recuperação, com um aumento de 3,4% no número de checagens em relação ao mesmo período de 2013.



A Taurus procurou, ao longo de 2014, adaptar seus preços e sua cadeia de distribuidores para esta configuração de mercado. A Administração da Companhia acredita veementemente na manutenção do crescimento do mercado americano em relação à aquisição de armas, o que vai ao encontro do DNA da Companhia, fabricante há mais de 75 anos de produtos que protegem pessoas.

II. Capacetes

O segmento de capacetes é o segundo maior da Companhia, tendo em vista a participação de 21% nas vendas líquidas em 2014. Os capacetes Taurus são produzidos na unidade Taurus Blindagens Ltda. em Mandirituba/PR, além da unidade que atende a região norte e nordeste, a Taurus Blindagens Nordeste Ltda. em Simões Filho/BA. A Taurus abastece basicamente o mercado interno, vendendo esporadicamente para países da América Latina. Em 2014, este segmento foi bastante afetado pela queda na demanda por motocicletas no Brasil, o que naturalmente está altamente correlacionado com os resultados desta unidade de negócio. Desta forma, a receita líquida de capacetes totalizou R\$ 124,5 milhões em 2014, correspondendo uma queda de 2,4% frente às vendas de 2013.



Destaca-se pelos gráficos acima que, a queda nas unidades vendidas de capacetes em 2014 (-6,3%) foi em linha com a queda do mercado de motocicletas brasileiro (-5,7%), o que fez com que houvesse a manutenção do market share da Companhia, que encerrou o ano em 45%.

III. Outros Produtos

Além de armas e capacetes, a Taurus também possui outros segmentos como a confecção de coletes balísticos, escudos anti-tumulto, contêineres plásticos, bauletos, e peças metal-injetadas (M.I.M. - Metal Injection Molding). Apenas o M.I.M. é fabricado na unidade da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. em São Leopoldo/RS. Todos os outros produtos são elaborados nas unidades do Paraná – Taurus Blindagens Ltda. e TaurusPlast Produtos Plásticos Ltda.

Em 2014, a receita deste segmento atingiu R\$ 37,1 milhões, 36,7% inferior aos R\$ 58,6 milhões registrados em 2013. Esta importante redução foi basicamente em função da descontinuidade da operação de forjaria para terceiros no final de 2013, que atualmente atende apenas a demanda interna da Companhia na fabricação de armas.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

O impacto destas variáveis ocorre devido à exposição dos ativos e passivos da Companhia ao dólar, à inflação e à taxa de juros. A Companhia adotou uma estratégia financeira de buscar operações de hedge cambial e de juros, por meio de instrumentos financeiros derivativos, por meio de operações de hedge, minimizando a volatilidade, o impacto financeiro nas despesas, receitas financeiras e demais contas do balanço, com consequente redução do impacto negativo no resultado da Companhia.

Parte das operações da Companhia ocorre na unidade Taurus Holdings Inc., a qual está localizada no estado da Flórida nos Estados Unidos da América. Cerca de 33% dos ativos totais, 11%

dos passivos totais e 47% das receitas do consolidado derivam desta operação a qual está exposta a inflação e demais impactos econômicos do mercado americano.

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

a) introdução ou alienação de segmento operacional

2011/2012: Alienação do ativo TMFL – Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.

Em setembro de 2011 a Administração decidiu pela alienação da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. A partir daquela data, a participação na controlada Taurus Máquinas foi reconhecida pelo método de equivalência patrimonial e reclassificada para ativos mantidos para venda nas demonstrações financeiras individuais. Os ativos e passivos relacionados a essa controlada foram classificados, nas demonstrações financeiras consolidadas, como “mantido para venda”. Os seus resultados passaram a ser destacados em linha específica na demonstração de resultados. Provisão para perda com redução no valor recuperável de ativos foi registrada para os ativos que apresentaram valor contábil superiores aos valores justos, menos despesas para vendas. A tabela abaixo demonstra os saldos das transações classificadas como atividade descontinuada até a venda das atividades de máquinas pelo Grupo.

	<u>2012</u>
Prejuízo do período das operações descontinuadas	
Receitas	19.733
Despesas	(154.724)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	<u>(134.991)</u>

Em 21 de junho de 2012 a Forjas Taurus S.A. concluiu a venda das atividades operacionais da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (“TMFL”) para a Renill Participações Ltda. (“RPL”), conforme Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças (“Contrato”) assinado entre as partes.

A empresa vendedora foi a Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (“TMFL”), com a anuência da Wotan Máquinas Ltda. e da Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. (“TIIL”), por meio da constituição de uma empresa denominada SM Metalurgia Ltda. (“SML”) cujo capital subscrito no valor de R\$ 115.350,

representando o montante final da alienação, mediante integralização de bens imóveis, máquinas e estoques.

Com o pagamento de dívida, de capitalização e de dação em pagamento, da Wotan Máquinas Ltda. e da Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., a Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. passou a deter a totalidade das quotas da SM Metalurgia Ltda., ficando o compromisso de venda e o compromisso de compra pela Renill Participações Ltda. de adquirir a totalidade das quotas pelo preço de R\$ 115.350.

2013: Repactuação da alienação da SM Metalurgia Ltda.

A Companhia alienou, em 2012, a SM Metalurgia Ltda. para Renill Participações Ltda. Em 2013, após repactuação de preço do valor global do contrato o saldo do principal passou de R\$ 115.350 para R\$ 57.520 sujeito a correção pela TJLP e juros de 1,8% ao ano desde a assinatura do contrato a serem pagos da seguinte forma:

Nº de Parcelas	Valor das Parcelas do principal	Vencimentos
1	1.960	Fornecimento de peças
2	2.055	30/06/2014 e 30/12/2014, não recebidas até esta data.
14	3.675	a partir de 30/06/2015, parcelas semestrais.

Em 2014, o saldo a receber é composto conforme demonstrado abaixo:

	2014	2013
Valor de venda (repactuado)	57.520	57.520
Atualização monetária do contrato	10.693	6.345
Valor recebido	(873)	(293)
Saldo a receber	67.340	63.572
Provisão para perda	(67.340)	(62.991)
Total*	-	581

(*) Montante registrado na rubrica de outras contas a receber no ativo circulante.

A Companhia manteve a provisão para perda registrada em 2013 e atualizou para 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$ 67.340 tendo em vista que: i) entende ter havido deterioração das condições de crédito; ii) ainda não concluiu a formalização plena das garantias da operação; iii) pelo fato do comprador ser uma empresa Limitada e estar em recuperação judicial.

2013/2014: Desativação da linha de Produção e Prestação de Serviços de Forjaria para Terceiros

Ao final de 2013 a Administração da Companhia, alinhada com as mudanças estruturais e na estratégia de concentrar esforços nos segmentos de maior valor agregado, decidiu pela desativação da linha de produção e prestação de serviços de forjaria para terceiros da controlada Polimetal. As máquinas e equipamentos foram disponibilizados para a venda, tendo sido registradas em rubrica específica nas demonstrações financeiras. O saldo em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$ 5.588, representado pelo o menor entre o saldo contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. As receitas de serviço da forjaria a terceiros representam menos de 5% das vendas da Companhia. As demais atividades industriais da Polimetal continuam normalmente.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Maior de 2012: a aquisição do controle da Heritage Manufacturing, Inc., empresa americana fundada em 1992, com sede em Opa Locka, Flórida, pelo montante de USD 10 milhões, pela controlada Taurus Holdings, Inc. A Heritage é uma empresa que orgulhosamente produz uma lenda americana, o revólver Single Action, reforçando a posição de liderança mundial na produção de revólveres.

Janeiro de 2012: aquisição da Steelinject – Injeção de Aços Ltda. no valor de R\$ 14 milhões, sendo pagos em cinco parcelas mensais de R\$ 2,8 milhões, como complemento do segmento de produtos da Companhia, fabricados pelo método de M.I.M. (Metal Injection Molding). Pelo contrato de compra e venda assinado entre as partes, o controle dessa empresa passou para a Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. a partir de 1º de janeiro de 2012, data em que efetivamente ocorreu a conclusão do negócio e houve a transferência das quotas representativas da totalidade do capital social da mesma.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor.

a) Novas normas e interpretações ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2014

i) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Não houve nenhum evento ou operação não usual que merecesse destaque.

b) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer do auditor.

10.5. Políticas contábeis críticas.

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos do CPC requerem que a administração faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, avaliações ou estimativas referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e as informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão discriminadas a seguir:

a. Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Os saldos registrados são originados, principalmente, de provisões temporárias diversas.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

O montante registrado passível de compensação refere-se ao valor de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo e passivo ao qual a entidade tem o direito legal de compensação e foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Os ativos fiscais diferidos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportado por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos de viabilidade que consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e são revisados a cada final de exercício.

b. Provisões

A Companhia registra uma provisão quando tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, que seja provável haver desembolso para sua liquidação e na melhor estimativa de custos, mensurar esta obrigação.

b.1 – Provisão para contingências

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para os litígios baseado nas evidências disponíveis, na jurisprudência legal e também na opinião de seus assessores jurídicos.

As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas levando em consideração as alterações das circunstâncias que levaram ao seu registro.

c. Teste de recuperabilidade de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada encerramento de exercício, no nível da unidade de negócios, para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação.

Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Os testes de recuperabilidade são baseados em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados que levam em consideração determinadas premissas tais como, custo de capital, taxa de crescimento, plano de investimentos e previsões econômico financeiras de longo prazo.

Uma perda de redução ao valor de recuperação será conhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros derivativos, cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos que visam assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação destes instrumentos, cujo objetivo é a proteção, é realizada por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas em relação às condições vigentes no mercado.

Os efeitos das operações com derivativos estão registrados no resultado em contas de receitas ou despesas financeiras.

10.6. Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor.

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos da Companhia relativos à preparação e divulgação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, são desenvolvidos pela Administração sob a supervisão do Vice-Presidente Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, e acompanhados pelo Comitê de Auditoria e Riscos. São executados pelos Administradores e funcionários com o objetivo de atingir segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e

divulgação de Demonstrações Financeiras para uso externo, de acordo com os princípios e normas contábeis geralmente aceitos.

Os controles internos da Companhia e de suas controladas sobre o processo de preparação e divulgação de Demonstrações Financeiras incluem as políticas e os procedimentos necessários à manutenção dos registros com detalhes razoáveis que refletem com exatidão as transações e disposições dos ativos. Tais controles também fornecem segurança razoável de que as transações registradas referem-se a recebimentos e gastos autorizados conforme as normas internas e são imprescindíveis para as operações da Companhia e de suas controladas.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia, por meio de seus Auditores Internos, Comitê de Auditoria e Riscos, Auditores Externos Independentes, referente ao processo de preparação e divulgação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31/dez/14 e concluiu que os controles internos da Companhia e controladas referentes à preparação daquelas demonstrações são eficazes na administração relevante de riscos e processos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores da Ernst & Young não identificaram durante os trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações relevantes sobre os controles internos da Companhia e de suas controladas que pudessem afetar o parecer sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A Administração da Companhia mantém contínuo aprimoramento dos controles internos e a área de tecnologia de informação vem desenvolvendo projetos de automação de automação e custos para dentro do sistema de gestão corporativo.

10.7. Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, houve a 3ª emissão de debêntures não conversíveis no valor de R\$ 100 milhões, cujo ingresso de recursos na Companhia ocorreu em 30 de junho de 2014.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não houve nenhuma oferta pública realizada pela Companhia.

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos destinaram-se, principalmente, para: (i) gestão do endividamento da Companhia e suas controladas; (ii) financiamento da necessidade de capital de giro; (iii) investimentos na modernização do parque fabril; e (iv) financiamento das exportações.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2014.

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2014.

10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2014.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b) natureza e o propósito da operação

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

Perspectivas

Ao analisar os fundamentos do setor de armas e acessórios para 2015, a Administração da Companhia acredita na manutenção das taxas de crescimento do mercado americano antes de 2014, tendo em vista a análise histórica do principal indicador de mercado (NICS) e também o comportamento da sociedade americana, que demonstrou inúmeras vezes sua paixão aos produtos que fabricamos. No que tange ao mercado interno, o atual ambiente de insegurança faz com que o

aparelhamento das forças públicas e privadas brasileiras seja essencial para conter os avanços da criminalidade no país. Além disso, a Companhia poderá aproveitar as vantagens decorrentes da obtenção do credenciamento como Empresa Estratégica de Defesa (EED) junto ao Ministério da Defesa, habilitando-a como fornecedora de produtos para as forças armadas desde 2013. Neste ambiente, as estratégias de crescimento definidas pela Administração para o principal segmento da Companhia são: (i) desenvolver produtos específicos para os mercados civil e law enforcement, (ii) aprimorar e capitalizar os serviços oferecidos de pós-venda, como manutenção e retrofit, (iii) aumentar as vendas para o mercado civil brasileiro, e (iv) melhorar a percepção da marca Taurus.

Em relação ao segmento de capacetes e acessórios para 2015, é inerente a relação com o mercado de motocicletas, que por sua vez possui previsões de estabilidade em relação ao ano anterior. Recentes medidas aprovadas para facilitar a retomada de bens por parte dos bancos são positivas para o setor já que, ações como esta proporcionam ambiente favorável para concessão de crédito, importante para o mercado de motocicletas. Neste contexto, as estratégias estão alinhadas da seguinte forma: (i) criação de uma linha de produtos vintage, (ii) explorar de forma eficaz o mercado de exportação, (iii) avaliar oportunidades de produzir capacetes de maior valor agregado, (iv) intensificar ações de marketing: feiras, revistas especializadas, etc., e (v) investir na linha de capacetes para ciclistas.

A Administração tem convicção que a reestruturação em curso poderá trazer resultados satisfatórios, medidos pela maior geração de caixa, incrementos de produtividade e recuperação das margens da Companhia. Acredita ainda que a obtenção de maior lucratividade permitiria definir com mais consistência as diretrizes estratégicas para os próximos anos.

Guidance

Em 2013, a Companhia já havia optado por não fornecer estimativas de receita e de EBITDA para 2014, tendo em vista o momento de transição, não só do modelo de gestão de manufatura como da nova diretoria. Em linha com a decisão anterior, a Administração optou novamente por não prover estimativas de resultados para 2015 até que se tenha estabilizado os níveis de produção, processos sejam revistos, e sejam introduzidas ferramentas de gestão que permitam maior precisão para a divulgação de guidance.

Quanto ao CAPEX de 2015, a proposta da Administração para aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 31,2 milhões, distribuídos de forma a atender as necessidades atuais, destinando-se, desta forma, principalmente a melhorias na manufatura.

(a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os planos de negócios da Companhia são elaborados a partir de sondagens efetuadas nos mercados de atuação que servem de base para o planejamento de produtos, processos industriais, investimentos, projeções de rentabilidade, retorno de capital investido e fonte de suprimento de recursos.

Ressalta-se que por tratar-se de projeções e perspectivas de negócios, os mesmos envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Fatos como condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos e capital de giro.

A Companhia efetua o controle através de cronogramas e orçamento anual, revisados periodicamente.

Os investimentos consolidados realizados no exercício de 2014 somaram R\$ 16,0 milhões (R\$ 28,2 milhões em 2013). A distribuição destes recursos foi de 18% em ampliação de capacidade produtiva da Companhia e de suas controladas, 57% em modernização industrial, e 25% em melhoria contínua e outros investimentos. O valor da depreciação e amortização totalizou R\$ 33,3 milhões em 2014, em linha com os R\$ 35,2 milhões apresentados em 2013.

Quando se analisa os investimentos em imobilizado em 2014 comparados aos de 2013, evidenciam-se os esforços da Administração da Companhia na manutenção dos negócios através da alocação dos recursos em modernização industrial e em melhoria contínua. A distribuição completa pode ser vista no gráfico a seguir.

Em reunião de Conselho de Administração, foi aprovado o Orçamento de Capital da Companhia para 2015 no valor de R\$ 31,2 milhões que será proposto na próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30/abr/15.

Desta forma, seguem a seguir os quadros com investimentos orçados e realizados pela Companhia em 2014, além do CAPEX orçado para 2015 por empresa:

CAPEX	ORÇADO 2014		REALIZADO 2014		ORÇADO 2015	
Descrição	R\$ mil	USD mil	R\$ mil	USD mil	R\$ mil	USD mil
Forjas Taurus S.A. - Matriz	26.856	11.190	3.073	1.308	7.254	2.790
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos	8.971	3.738	1.296	551	-	-
Modernização e ampliação da capacidade de produção	7.031	2.930	1.777	756	4.876	1.875
Licenciamento, melhorias e implantação de módulos do ERP	10.854	4.522	-	-	2.378	915
Forjas Taurus S.A. - Armas Longas	3.181	1.325	222	94	366	141
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos	1.866	778	68	29	-	-
Melhoria de produtividade dos processos de fabricação	1.315	548	-	-	366	141
Modernização e ampliação da capacidade de produção	-	-	3	1	-	-
Indenização de moldes pela descontinuidade de produtos	-	-	150	64	-	-
Taurus Blindagens Ltda.	6.000	2.500	1.098	467	5.511	2.120
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos	-	-	535	228	-	-
Modernização/automação/ampliação da capac. de produção	6.000	2.500	563	240	5.511	2.120
Polimetal Metalúrgia e Plásticos Ltda.	12.920	5.383	6.063	2.580	9.016	3.468
Modernização e ampliação da capacidade de produção	12.920	5.383	5.405	2.300	9.016	3.468
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos	-	-	658	280	-	-
Taurus Holdings, Inc. - EUA	6.226	2.594	5.506	2.343	9.100	3.500
Modernização e ampliação da capacidade de produção	6.226	2.594	5.506	2.343	9.100	3.500
Total	55.182	22.993	15.962	6.792	31.247	12.018

* Fonte de Recursos: Terceiros

* Dólar R\$/USD 2,40

* Dólar R\$/USD 2,35

* Dólar R\$/USD 2,60

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Em 21 de junho de 2012, foi concluída a venda das operações da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta e repactuação da mesma no dia 12 de setembro de 2013 não tendo nenhum desinvestimento relevante em andamento ou previsto.

(b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia;

Aquisições

Foram realizadas duas aquisições estratégicas em 2012, tendo o Conselho de Administração da Companhia aprovado em:

- **01 de janeiro de 2012 a aquisição da Steelinject – Injeção de Aços Ltda.** no valor de R\$ 14 milhões, como complemento do segmento de produtos da Companhia, fabricados pelo método de M.I.M. (*Metal Injection Molding*); e.
- **02 de maio de 2012, a aquisição do controle da Heritage Manufacturing Inc.**, empresa americana fundada em 1992, com sede em Opa Locka, Flórida, pelo montante de USD 10 milhões, pela controlada Taurus Holdings, Inc. A Heritage produz revólveres, ampliando nosso portfólio de produtos.

(c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia lança anualmente inúmeros produtos ou modelos inovadores, especialmente nas feiras internacionais de defesa e segurança. A maior e mais conhecida é o Shot Show em janeiro de cada ano, realizada em Las Vegas nos EUA e a IWA realizada em Nuremberg, na Alemanha, todo o ano em março. Há feiras de segurança e defesa também em Paris e diversas de pequeno porte em cidades do interior dos EUA.

Em função da Lei 544/11, novos projetos vem sendo desenvolvidos, visando atender à nova política de reaparelhamento do Estado prevista na nova Lei sancionada dia 22 de março de 2012, com alto índice de nacionalização.

Existem novos projetos em andamento no segmento de defesa e segurança, para fabricação de armas curtas, de armas longas, de armas menos-letais, bem como no segmento de metalurgia e plásticos, para a fabricação de novos modelos de capacetes para motociclistas e ciclistas.

Os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento em 2014, totalizaram cerca de R\$ 2,0 milhões considerando os dados consolidados com as subsidiárias, basicamente voltados para o desenvolvimento e design de novos produtos.

10.11. Outros fatores com influência relevante.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o nosso desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

*_*_*

ANEXO C

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(CONFORME ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481)

Tendo em vista a apuração de prejuízo de R\$ 185,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Companhia não apresentará à Assembleia a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

Com relação ao dividendo obrigatório da Companhia, vale ressaltar que, além da conta de lucro líquido, referido dividendo também pode ser pago à conta de lucros acumulados e de reserva de lucros da Companhia. Entretanto, em função do prejuízo gerado, não há lucros acumulados ou reserva de lucros, razão pela qual, a Administração não proporá pagamento de dividendos para o exercício.

Portanto, o Anexo 9-1-II previsto no Art. 9º parágrafo 1º, inciso II, da Instrução CVM 481 de 17 de dezembro de 2009, conforme Ofício-Circular/CVM/SEP/nº02/2015, não está sendo apresentado.

ANEXO D

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

Orçamento de Capital para 2015 por Empresa

Descrição	R\$ mil	USD mil
Forjas Taurus S.A. - Matriz	7.254	2.790
Modernização e ampliação da capacidade de produção	4.876	1.875
Licenciam., melhorias e implant. de novos módulos do ERP	2.378	915
Forjas Taurus S.A. - Armas Longas	366	141
Melhoria de produtividade dos processos de fabricação	366	141
Taurus Blindagens Ltda.	5.511	2.120
Modernização e/ou automação	5.511	2.120
Polimetal Metalúrgia e Plásticos Ltda.	9.016	3.468
Modernização e ampliação da capacidade de produção	8.366	3.218
Conclusão Transf. da unidade Filial 5 para planta Polimetal	650	250
Taurus Holdings, Inc. - EUA	9.100	3.500
Modernização e ampliação da capacidade de produção	9.100	3.500
Total do Orçamento de Capital para 2015	31.247	12.018

* Dólar R\$/USD 2,60

* Fonte de Recursos: Terceiros

ANEXO E

INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

(Conforme Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

Até o momento, a Companhia não recebeu lista de candidatos indicados ou apoiados pela administração ou acionistas controladores, razão pela qual não estão sendo apresentadas informações sobre os eventuais candidatos, conforme art. 10 da Instrução 481 de 17 de dezembro de 2009.

No entanto, em linha com o disposto no art. 6º, inciso II, da Instrução CVM nº481/09, a Companhia vem informar que o acionista não-controlador CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL apresentou os candidatos para a eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Deste modo, a Companhia proporciona ao mercado a mesma transparência e divulgação hoje dada caso houvesse candidatos propostos pela administração ou pelos acionistas controladores por força do art. 10 da Instrução CVM nº 481/09, conforme recomendado pelo OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015.

Adicionalmente, em 17/04/2015, a Companhia recebeu correspondência de acionista titular de 7,18% do capital social com direito a voto, solicitando a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 141, caput, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Desta forma, o processo de voto múltiplo será adotado pela Companhia na Assembleia Geral Ordinária confirmada para realização em 30 de abril de 2015.

12.5. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem:

Com a adesão da Companhia ao Nível 2 de Práticas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e nos termos do artigo 56 do Estatuto Social da Companhia aprovado na AGE/AGE realizada em 26 de abril de 2013, a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa, no Regulamento do Nível 2, no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, no próprio Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas disposições da Lei das S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, no Regulamento

de Aplicação Sanções Pecuniárias no Nível 2, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência por qualquer das partes do procedimento arbitral ao Poder Judiciário, quando aplicável, deverá obedecer às previsões do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, notadamente o disposto no item 5.1 e respectivos subitens.

12.6. Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, em forma de tabela:

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CANDIDATO AO CARGO DE	DATA DA ELEIÇÃO ¹	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO ²	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA COMPANHIA	INDICADO PELO CONTROLADOR
João Verner Juenemann	75	Contador	000.952.490-87	Membro do Conselho de Administração	30.04.2015	N/A	AGO de 2017	N/A	Não
Luiz Cláudio Moraes	53	Economista	024.878.528-10	Membro do Conselho de Administração	30.04.2015	N/A	AGO de 2017	N/A	Não
Reinaldo Fujimoto	56	Contador	152.783.101/97	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	30.04.2015	N/A	AGO de 2016	N/A	Não
José Airton Veras Carvalho	58	Engenheiro	073.875.043/34	Membro Suplente do Conselho Fiscal	30.04.2015	N/A	AGO de 2016	N/A	Não

¹ Data da eleição, caso o candidato venha a ser eleito.

² Prazo do mandato, caso o candidato venha a ser eleito.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação os membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

12.8. Em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal, fornecer:

- a. Currículo, contendo as seguintes informações: (i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando o nome da empresa, o cargo e as funções inerentes ao cargo, a atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram o grupo econômico do emissor ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

João Verner Juenemann - 000.952.490-87

Formado em Didática em Inglês pela PUC-RS (1962) , em Ciências Contábeis pela PUC-RS (1962) e em Administração de Empresas pela UFRGS (1971). Pós graduado em Auditoria pela UFRGS (1966).

Conselheiro e Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do RS (1968-1981).

Conselheiro, Presidente e Vice-Presidente do Conselho Federal de Contabilidade (1978-1989).

Docente na área de Ciências Contábeis na UFRGS (1972-1985).

Conselheiro Fiscal Titular da Karsten S/A (2006-2007).

Conselheiro Fiscal Suplente da FRAS-LE S/A (2008-2009).

Conselheiro Fiscal Titular da CIA Providência Indústria e Comércio S/A (2010 a 2012)

Participou do Comitê de Auditoria do Banrisul (2003-2011).

Trabalha como Conselheiro Fiscal Titular no Banco Indusval S/a desde abril de 2012, como Conselheiro Fiscal da Tim Participações S/A desde abril de 2008, como Conselheiro de Administração Titular da DHB Indústria e Comércio S/A (desde 2007), e como Coordenador do Comitê de Auditoria da Tupy S/A (desde 2009).

Atual Integrante do Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A.

Atual Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos da Forjas Taurus S.A.

O Sr. João Verner Juenemann, indicado Conselheiro de Administração, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Luiz Cláudio Moraes – 024.878.528-10

Graduado em Economia pela PUCC – Campinas – 1992

MBA em Finanças – USP - FIA – 1998

Especialização em Administração – Governança Corporativa – USP - FIPECAFI – 2001
Mestrado em Economia – UNB - Universidade de Brasília – 2002
FIAGO – Presidente, de 01/12/2000 a 31/12/2001
PREVI – Gerente de Investimentos – GECAP, de 01/01/2000 a 31/12/2001
KEPLER WEBER – Membro suplente do Conselho Fiscal, de 01/06/2003 a 31/05/2004
ELUMA S.A. – Conselheiro de Administração Titular, de 01/05/2001 a 30/04/2002
COSERN - Membro suplente do Conselho Fiscal, desde 01/04/2012
CARAÍBA METAIS S.A. - Conselheiro de Administração Titular, de 01/05/2001 a 30/04/2002
JORNAL FOLHA DA MANHÃ – Diretor Financeiro, desde 01/01/2014
SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – Liquidante de seguradoras, desde 01/07/2013
PARANAPANEMA – Membro Titular do Comitê de Auditoria, de 01/05/2008 a 31/10/2009
BANCO DO BRASIL – Gerente Executivo Projeto Nível 1, desde 01/07/2007
COBRA TECNOLOGIA – Diretor de Administração e Finanças, desde 01/11/2009
Atual Integrante do Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A.

O Sr. Luiz Cláudio Moraes, indicado Conselheiro de Administração, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Reinaldo Fujimoto - 152.783.101-97

Graduado em Ciências Contábeis pela instituição UNICEUB em 2003.

De 2003 a 2008 foi Presidente da FENABB (Federação Nacional das AABB), considerada a maior rede de clubes autônomos do mundo localizada em um único país e gerida de modo unificado.

O Sr. Reinaldo Fujimoto, indicado Conselheiro Fiscal Efetivo, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Airton Veras Carvalho - 073.875.043-34

Pós-Graduado em Direito Civil pela Universidade de Fortaleza (2003).Especialista em Auditoria pela FIPECAFI - USP - SP (1998). Pós-Graduado em Finanças - IAG - PUC - RJ (2006). Bacharel em Direito - UNIFOR - CE (2000).Certificação em Desenvolvimento de Competências Gerenciais - FGV - RJ (2009). Certificação Continuada da ANBID - Mercado de Capitais - SP (2006).

De 2003 a 2010 foi Gerente no Banco do Brasil AS Fortaleza CE.

Desde 2013 atua como sócio fundador da Carvalho e Carvalho Advogados.

O Sr. José Airton Veras Carvalho, indicado Conselheiro Fiscal Suplente, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer

condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

b. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre:

a. administradores da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais entre os administradores da Companhia e:

a. sociedade controlada, direta e indiretamente, pela Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b. controlador direto ou indireto da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladores ou controladas de algumas dessas pessoas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

*_*_*

ANEXO F

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

(Conforme Item 13 do Formulário de Referência)

Valor global destinado à remuneração dos administradores

Para o exercício de 2015, a Companhia propõe o montante global de remuneração para os administradores de até R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), assim divididos: (i) remuneração fixa de R\$ 857.000,00 (oitocentos e cinquenta e sete mil reais) do Conselho de Administração; e (ii) remuneração da diretoria estatutária fixa de R\$ 4.082.000,00 (quatro milhões e oitenta e dois mil reais), mais a remuneração variável de até R\$ 3.533.000,00 (três milhões, quinhentos e trinta e três mil reais), além dos benefícios da Diretoria Estatutária e dos encargos da Diretoria Estatutária e do Conselho de administração, no valor de R\$ 1.932.000,00 (um milhão, novecentos e trinta e dois mil reais), a qual deverá ser submetida à aprovação em Assembleia. Para os membros do Conselho Fiscal, em atenção às disposições da Lei nº 6.404/76, propõe-se o montante global de R\$ 596.000,00 (quinhentos e noventa e seis mil reais).

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração atribuída tem por escopo o reconhecimento e a retribuição aos administradores da Companhia, considerando o impacto do cargo exercido, a responsabilidade decorrente, a capacitação profissional, a competência e a reputação do dirigente, em consonância com o porte da organização e a correspondente prática de mercado.

Em Reunião de Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2013, foi aprovada uma nova Política de Remuneração para gestores para as empresas Taurus no Brasil, cujo nome ficou como PPT – Plano de Participação TAURUS 2013, que engloba a seguinte população de elegíveis:

- Diretoria Estatutária
- Diretoria Executiva
- Gerentes
- Coordenadores e
- Supervisores

b) composição da remuneração, inclusive:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos administradores da Companhia observa o processo previsto no Estatuto Social, sendo o montante global proposto pelo Conselho de Administração, cuja proposta é encaminhada para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente no mês de abril, valendo para o ano em curso, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios e a metodologia para a sua distribuição entre os administradores.

O cálculo considera um estabelecimento de pró-labore que engloba honorários mensais do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, correspondentes a 12 meses por ano e outras eventuais verbas, mais a remuneração variável, benefícios e encargos do ponto de vista de ônus para o empregador. O Conselho de Administração não possui remuneração variável.

Os objetivos da política de remuneração estão atrelados às práticas e salários de mercado no que tange ao pró-labore e quanto à remuneração variável a um sistema de incentivo fundamentado em desempenho da Companhia como um todo, influenciado pelo desempenho individual.

A participação nos resultados é prevista no Estatuto Social como “Participação Estatutária”, conforme prevê o art. 37 do Estatuto Social da Companhia, cuja nova redação aprovada em Reunião do Conselho de Administração do dia 28 de março de 2014 é integralmente descrita abaixo:

“Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.

Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.”

A remuneração da Administração, incluindo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, varia de acordo com o montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: valor recebido mensalmente pelo profissional, o qual visa remunerá-lo de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas a posição do cargo ocupado na Companhia e é composta de 12 parcelas dentro do exercício fiscal. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Remuneração Variável Anual: valor recebido anualmente pelo profissional, de acordo com o resultado obtido das metas pactuadas anualmente com o Conselho de Administração. A remuneração variável da Diretoria Estatutária não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual, conforme previsto no Art. 37 do Estatuto Social da Companhia.

Participação Estatutária: até 10% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, conforme apurado em balanço e

Benefícios: refere-se ao conjunto de benefícios concedidos ao profissional, de acordo com a posição ocupada na Companhia. Os benefícios oferecidos pela Companhia seguem as práticas de mercado, sendo que a seus Diretores são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, *check-up* médico, seguro de vida, Plano de Previdência Privada Complementar (TAURUSPREV), nos termos do regulamento do plano.

Conselho de Administração

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho de Administração, o qual visa remunerá-los de acordo as práticas de mercado. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Conselho Fiscal

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho Fiscal, o qual visa remunerá-los de acordo com as práticas de mercado e da legislação vigente.

Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração

Os participantes que são membros do Conselho de Administração ou da Companhia não são remunerados. Os especialistas externos são contratados mediante contrato de prestação de serviços quando aplicável, não havendo atualmente, nenhum especialista contratado para compor os comitês.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para fins de cálculo da proporção de cada elemento, foram considerados os valores de pró-labore, mais remuneração variável, mais benefícios. Foram considerados os encargos do Emissor (os 20% do INSS) neste cálculo, apesar de mostrados de forma segregada nas tabelas do Item 13.2. do FRE – Formulário de Referência. Tendo sido revistos os cálculos para os exercícios de 2012, 2013, 2014 e previsto 2015.

Forjas Taurus Realizado 2012

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	91,1%	0%	8,9%	100,0%

Forjas Taurus Realizado 2013

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	90,0%	6,5%	3,5%	100,0%

Forjas Taurus Realizado 2014

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	58,5%	38,2%	3,3%	100,0%

Forjas Taurus Previsto 2015

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	52,9%	45,8%	1,3%	100,0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

2014/2015

A metodologia de cálculo e reajuste leva em conta a evolução do INPC e do índice de reajuste coletivo anual de salários dos funcionários da Companhia. O reajuste da remuneração dos Administradores também leva em conta a evolução dos índices de inflação, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado (Percentil 50), podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas.

Em RCA do dia 28 de março de 2014 ainda foi deliberado que as metas dos gestores para o PPT serão o cumprimento do EBITDA e Caixa Operacional.

Há uma regra condicionante de que só haverá pagamento de participação nos resultados se a Companhia atingir, pelo menos, 80% das Metas dispostas anteriormente, com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício de 2014.

Para acompanhamento do cálculo de participação, foi criada uma tabela para a macro meta e para as metas individuais, para a Diretoria Estatutária, conforme segue abaixo:

- Atingiu 100% = 10 salários, sendo 8 pelo EBITDA e 2 pelo CO
- Acima de 80% até 99,99% = aplica-se o percentual de atingimento x 8 salários (EBITDA) + o percentual de atingimento x 2 salários (CO)
- Abaixo de 80% = ZERO

Se o EBITDA ultrapassar o orçado, o percentual de aumento será dividido por 2 e acrescentado à participação normal. Ex: se o EBITDA ultrapassar em 20% o orçado, será acrescido 10% no valor final do pagamento do gestor.

2013

A metodologia de cálculo e reajuste leva em conta a evolução do INPC e do índice de reajuste coletivo anual de salários dos funcionários da Companhia. O reajuste da remuneração dos Administradores também leva em conta a evolução dos índices de inflação, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado (Percentil 50), podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas e calculado a premiação individual.

Com a introdução do PPT – Plano de Participação TAURUS 2013, foram definidos pelo Conselho de Administração as macro metas em Reunião do Conselho de Administração de 14 de março de 2013, onde o condicionante básico é o atingimento do lucro líquido do exercício, para depois serem analisadas as metas individuais. Além disto, para cada diretor elegível foram criadas 3 metas que servirão de base para pontuação e avaliação no cálculo da remuneração variável (bônus).

Há uma regra condicionante de que só haverá pagamento de participação nos resultados se a Companhia atingir, pelo menos, 60% da Meta de Lucro Líquido do Exercício, já estabelecida para 2013, com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício de 2013.

Para acompanhamento do cálculo de participação, foi criada uma tabela para a macro meta e para as metas individuais, para a Diretoria Estatutária, conforme segue abaixo:

Fase I: Lucro Líquido do Exercício consolidado de Forjas Taurus S.A. - LLE

- LLE atingiu 100% = 4 salários
- LLE atingiu entre 80% a 99,99% = 2 salários
- LLE atingiu entre 60% a 79,99% = 1 salário
- LLE atingiu abaixo de 60% = Zero (neste caso, não há qualquer distribuição. Não passa para o cálculo das metas).

Fase II: Salários adicionais em relação às 3 metas individuais, quando o LLE ultrapassar 60% da meta

- 1 meta atingida = 1 salário
- 2 metas atingidas = 3 salários
- 3 metas atingidas = 6 salários
- 40% dos salários adicionais em relação às 3 metas poderão ser pagos por meio de um Plano de Opções de Ações, conforme regulamentação e aprovação que venha a ocorrer posteriormente.

Regra de superação: se o LLE - Lucro Líquido do Exercício ficar acima de 100% do orçado, o percentual de aumento será dividido por dois e acrescido à participação normal, respeitando em todos os casos, o limite legal previsto no Estatuto Social da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração estabelecida para os administradores segue as tendências de mercado, visando atingir as estratégias de retenção, motivação e comprometimento dos profissionais, sendo que seus principais objetivos podem ser assim descritos:

- Alinhamento e competitividade da remuneração ao mercado e às regiões onde atua, garantindo os equilíbrios interno e externo da remuneração.
- Posicionamento da remuneração com o mercado, seguindo como medida estatística a mediana, com concentração na remuneração fixa para conselheiros de administração de acordo com a prática de mercado e conselheiros fiscais, de acordo com a legislação em vigor.
- Estratégicos, pela proporção maior de remuneração variável para a diretoria estatutária em relação aos conselhos, como forma de criar maior comprometimento e foco em resultados e ampliar a rentabilidade do negócio.
- Foco nos comitês estatutários de assessoramento ao conselho, cuja participação dos membros mesmo que não remunerada, requer mais tempo de dedicação.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A *performance* dos profissionais contribui na estratégia da Companhia em buscar melhores resultados, um crescimento econômico, levando em consideração, para tanto, os níveis praticados pelo mercado. Os principais indicadores são:

- o desempenho da Companhia a partir de metas estabelecidas no orçamento
- os indicadores de resultado da Companhia incluem as metas de receita, de volume, de geração operacional de caixa, de lucro líquido e performance econômico-financeira.
- resultado da unidade ou área do profissional, a partir de metas por Unidade de negócio, também atreladas ao desempenho entre o orçado e o realizado.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração fixa e variável é estruturada de acordo com a mediana de mercado. A progressão, evolução salarial e de carreira dos profissionais leva em consideração o nível individual de desempenho, compatíveis com o mercado onde atua. A remuneração variável é estruturada com base no percentual de atingimento das metas estabelecidas e no acompanhamento, analisados anualmente entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é considerada um diferencial estratégico, pois tem garantido a aderência dos mesmos na forma e na medida em que correspondem a manutenção de corpo diretivo de alta competência e qualificação.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não existe atualmente remuneração ou benefício associado a eventos societários.

13.2 – Remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (2015)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	9,00	3,00	5,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	857.000,00	4.082.000,00	596.000,00	5.535.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	118.400,00	0,00	118.400,00
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	171.400,00	816.400,00	119.200,00	1.107.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.533.000,00	0,00	3.533.000,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	706.600,00	0,00	706.600,00
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	1.028.400,00	9.256.400,00	715.200,00	11.000.000,00

Remuneração total - exercício social encerrado 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7,83	4,00	5,00	16,83
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	1.540.833,33	3.192.000,00	478.200,00	5.211.033,33
Benefícios direto e indireto	0,00	216.324,05	0,00	216.324,05
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	308.166,66	638.400,00	95.640,00	1.042.206,66
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.085.860,00	0,00	2.085.860,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	417.172,00	0,00	417.172,00
Descrição de outras remunerações fixas	Cálculo nº de membros = Jan a Abr = 7 / Mai a Jun = 6 / Jul a Dez = 9 / Média = 7,83 membros	A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	1.848.999,99	6.549.756,05	573.840,00	8.972.596,04

Remuneração total - exercício social encerrado 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7,00	4,58	5,00	16,58
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	3.725.000,00	3.931.364,67	496.264,60	8.152.629,27
Benefícios direto e indireto	0,00	184.279,40	0,00	184.279,40
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	798.420,00	786.272,93	99.252,92	1.683.945,85
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	410.400,00	0,00	410.400,00
Descrição de outras remunerações fixas		Valores referentes a remunerações contratuais		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	4.523.420,00	5.312.317,00	595.517,52	10.431.254,52

Remuneração total - exercício social encerrado 31/12/2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7,00	4,25	5,00	16,25
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	3.900.000,00	3.931.637,33	417.167,30	8.248.804,63
Benefícios direto e indireto	0,00	492.446,49	0,00	492.446,49
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.100.858,45	0,00	1.100.858,45
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS e 8% a título de FGTS. Preve-se recolher pelo empregador: INSS = R\$ 786.327,47 e FGTS = R\$ 314.530,99.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Cálculo nº de membros = Jan a Mar = 4 / Abr a Jun = 3 / Jul a Dez = 5 / Média = 4,25 membros		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	3.900.000,00	5.524.942,27	417.167,30	9.842.109,57

13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2015)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	3,00	5	17,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.239.600,00	-	4.239.600,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	4.239.600,00	-	4.239.600,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,16	4,00	5	17,16
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.537.200,00	-	4.537.200,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	4.537.200,00	-	4.537.200,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	2.503.032,00	-	2.503.032,00

Remuneração variável - exercício social encerrado 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	4,58	5	17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	410.400,00	-	410.400,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	410.400,00	-	410.400,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	410.400,00	-	410.400,00

Remuneração variável - exercício social encerrado 31/12/2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	4	5	16
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

a) termos e condições gerais

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

b) principais objetivos do plano

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

f) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

h) condições de aquisição de ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

k) forma de liquidação

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

l) restrições à transferência das ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração,

da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Posição em 31 de dezembro de 2014:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	572.247	497.300	1.069.547	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	100.100	2.000.000	2.100.100	-

Posição em 31 de dezembro de 2013:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	11.251.109	87.656	11.338.765	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	31.448	87.877	119.325	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	419.426	1.667.594	2.087.020	-

Posição em 31 de dezembro de 2012:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	10.801.184	119.550	10.920.734	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	31.448	87.877	119.325	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da Diretoria Estatutária

Não houve remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	4
Nome do plano	-	Taurusprev, administrado por Itaú Vida e Previdência
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	0
Condições para se aposentarem antecipadamente	-	Não há
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 78.435,45
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa à contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 56.375,85
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	Apenas em caso de desligamento do ocupante do cargo na Companhia.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores Anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Número de Membros	4,00	4,58	4,25	7,83	7,00	7,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração (R\$)	2.756.098,64	1.791.504,00	2.028.657,32	640.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00	114.768,00	119.103,50	83.433,46
Valor da menor remuneração (R\$)	507.129,05	476.880,00	456.176,75	30.000,00	300.000,00	300.000,00	114.768,00	119.103,50	83.433,46
Valor médio da remuneração (R\$)	1.637.439,01	1.159.894,54	1.299.986,42	236.143,04	646.202,86	557.142,86	114.768,00	119.103,50	83.433,46

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)

Para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são previstos os seguintes mecanismos de indenização:

- Apólice de seguro denominada D&O – Directors and Officer;

Para a Diretoria Estatutária são previstos em contrato:

- Seguro saúde, sendo estendido de acordo com o contrato individual.
- Alguns diretores estatutários tem assegurado uma indenização em caso de destituição, conforme previsto em contrato.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores da Companhia.

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não recebem remuneração além das referentes aos cargos que ocupam na Companhia.

13.15. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Exercício social 2014 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2014 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2013 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2013 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2012 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2012 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 – Outras informações julgadas relevantes

Não aplicável.

*_*_*

ANEXO G

DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

Para fins de cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis, a Administração da Companhia disponibilizou aos Senhores Acionistas todos os documentos abaixo listados, que encontram-se consolidados e disponíveis no *website* da CVM, na categoria “Dados Econômico-Financeiros”, tipo “Demonstrações Financeiras Anuais Completas”:

- (i) Demonstrações Financeiras e notas explicativas;
- (ii) Relatório Anual da Administração sobre os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- (iii) Parecer dos Auditores Independentes;
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal;
- (v) Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos;
- (vi) Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2015;
- (vii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e
- (viii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

*_*_*

ANEXO H

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas da Forjas Taurus S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida do Forte n.º 511, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 30 de abril de 2015, às 9:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014;
- (ii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2015;
- (iii) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2015;
- (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (v) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e
- (vi) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2015.

Instruções Gerais:

- Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 26.03.2015, a proposta da administração e demais informações exigidas pela Instrução CVM nº 481/2009, encontram-se à disposição dos senhores acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurus.com.br).

– O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, caso tal deliberação se faça necessária, é de 5% (cinco por cento) do capital votante, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 165/1991, conforme alterada, devendo ser exercido pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, conforme previsto no artigo 141, §1º, da Lei nº 6.404/1976.

– Para poder participar da Assembleia, nos termos do art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar: (i) documento de identidade; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada e em vigor, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

– Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até o dia 27.04.2015, às 18:00 horas, o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos, em atenção à área de relações com investidores (A/C Thiago Piovesan), via fac-símile para o número (51) 3021-3110; por e-mail para ri@taurus.com.br, ou, ainda, para o seguinte endereço: Avenida do Forte, nº 511, Vila Ipiranga, CEP 91360-000, Porto Alegre, RS – Brasil.

Porto Alegre, 30 de março de 2015.

Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A.